

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ELIZETE PEREIRA DE ALMEIDA**

**2145542**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MEDIAÇÃO PARA O PROCESSO DE  
EMANCIPAÇÃO FEMININA, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA REDE MANDALA**

**CURITIBA**

**2021**

**ELIZETE PEREIRA DE ALMEIDA**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MEDIAÇÃO PARA O PROCESSO DE  
EMANCIPAÇÃO FEMININA, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA REDE MANDALA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Me. Neiva Silvana Hack

**CURITIBA**

**2021**

**ELIZETE PEREIRA DE ALMEIDA - 2145542**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MEDIAÇÃO PARA O PROCESSO DE  
EMANCIPAÇÃO FEMININA, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA REDE MANDALA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

Professora Dra. Cleci Elisa Albiero  
Centro Universitário Uninter

Professor Dr. Rodolfo dos Santos Silva  
Centro Universitário Uninter

Professora Me. Neiva Silvana Hack  
Centro Universitário Uninter  
Orientadora

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso, à Deus que me capacitou, minha mãe que me apoiou, a minha irmã Elisabete que me inspirou, a professora Rafaela (*in memoriam*) e aos meus três filhos que acreditaram em mim e sempre permaneceram ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus professores por todo conhecimento transmitido, e em especial à minha professora orientadora, professora Neiva Silvana Hack, pelo suporte e compreensão no pouco tempo que lhe coube, por suas correções e incentivos, ao meu professor Rodolfo dos Santos Silva que me aproximou dessa temática e sempre acreditou em mim; ao meu professor Marcos Klasura pelo primeiros passos na construção desse trabalho, que sempre teve uma mensagem de incentivo nos momentos de aflição; ao professor José Luiz de Oliveira que disponibilizou tempo das aulas com dicas sobre essa construção e a professora Thayz Athayde, pela indicação de alguns materiais que foram de suma importância para a pesquisa, sou grata a minha supervisora de campo de estágio Gisele Carneiro, pela contribuição com materiais para que fosse possível pesquisar e narrar a história da Rede Mandala da melhor maneira possível, para que por meio da leitura, seja possível ao leitor vislumbrar a grandiosidade dessa rede.

Aos amigos com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão, que foi a melhor experiência da minha formação acadêmica, amigos que sempre estiveram dispostos a ajudar. Em especial Mariana Dadalt, Crisfabile dos Santos, Rita de Cássia Lisboa, Elaine do Carmo, que mais que amigas, foram companheiras presentes mesmo quando estavam ausentes, pela amizade e confiança ao embarcarem comigo com dedicação durante esses anos de academia, pois nos momentos mais difíceis desta jornada sempre tiveram uma palavra de apoio, dicas e incentivo, o meu muito obrigado.

“Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”.

(IAMAMOTO, 2000, p. 20)

## RESUMO

O presente trabalho objetivou identificar a economia solidária como importante mediação para o processo de emancipação feminina, a partir da experiência da Rede Mandala, numa atual conjuntura onde é visível o crescimento do desemprego, da precarização do trabalho e a redução dos direitos sociais. Nesse cenário é indispensável criar estratégias que sejam capazes de minimizar as atrocidades do sistema capitalista. Por meio dessa pesquisa foi apresentada uma outra forma de economia ao sistema capitalista exploratório, denominada de economia solidária, como uma alternativa inovadora na geração de trabalho e renda, uma economia baseada nos princípios da democracia, solidariedade, cooperação, dentre outros. Demonstrou-se o processo de emancipação feminina através dos empreendimentos solidários da Rede Mandala. Para desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método crítico-dialético, com abordagem qualitativa, o procedimento para a coleta de dados deu-se por intermédio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental mediante livros de autores diversos, documentos cedidos pelo CEFURIA, como: catálogos informativos sobre a Rede Mandala, bem como as cartilhas e documentos oficiais sobre a economia solidária. Sendo recorrido a internet como uma das fontes de pesquisa, considerando sítios eletrônicos confiáveis, tanto de órgãos públicos, quanto de instituições fidedignas. A pesquisa possibilitou a compreensão de que os empreendimentos solidários da Rede Mandala proporcionam uma qualidade de vida melhor para as mulheres e contribuem para o processo de emancipação feminina no que tange a vida social, cultural e econômica. Portanto a economia praticada por meio dos empreendimentos solidários da Rede Mandala é uma economia feminista.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Serviço Social; Economia Feminista.

## ABSTRACT

This study aimed to identify the solidarity economy as an important mediation for the process of female emancipation, based on the experience of Rede Mandala, in a current situation where the growth of unemployment, job insecurity and the reduction of social rights is visible. In this scenario, it is essential to create strategies that are capable of minimizing the atrocities of the capitalist system. Through this research, another form of economy was presented to the exploratory capitalist system, called solidarity economy, as an innovative alternative in the generation of work and income, an economy based on the principles of democracy, solidarity, cooperation, among others. The process of female emancipation was demonstrated through the solidary undertakings of Rede Mandala. For the development of the research, the critical-dialectical method was used, with a qualitative approach, the procedure for data collection was through bibliographic research and documental research through books by Social Service authors, documents provided by CEFURIA, such as: informative catalogs on the Mandala Network, as well as booklets and official documents on the solidarity economy. The internet is used as one of the sources of research, considering reliable websites, both from public agencies and from reputable institutions. The research made it possible to understand that the solidary enterprises of Rede Mandala provide a better quality of life for women and contribute to the process of female emancipation in terms of social, cultural and economic life. Therefore, the economy practiced through the solidary enterprises of Rede Mandala is a feminist economy.

**Key-words:** Solidarity Economy, Social Service; Feminist Economy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCA	Cooperativa Central da Reforma Agraria do Paraná
CEFURIA	Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo
CEPAT	Centro de Promoção de Agentes de Transformação
COPASOL	Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária
CMEPS	Conselho Municipal de Economia Solidária de Curitiba
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FAS	Fundação de Ação Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTB	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
RECID	Rede de Educação Cidadã
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
TECSOL	Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica do Paraná
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>	
2.1	O SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA E A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO .....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
2.2	A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	18
2.2.1	O Serviço Social e seu projeto ético político frente a perspectiva do trabalho .....	19
2.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA AO CAPITALISMO .....	21
<b>3</b>	<b>O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>24</b>
3.1	HISTÓRICO DO TRABALHO DA MULHER NO BRASIL: DO SÉCULO XIX À GLOBALIZAÇÃO.....	24
3.2	A MULHER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	26
3.3	MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	31
<b>4</b>	<b>O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA, ATRAVÉS DOS EMPREENDIMENTOS DA REDE MANDALA.....</b>	<b>36</b>
4.1	INSTITUIÇÃO DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA, CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO: CEFURIA .....	36
4.2	REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO CIDADE: REDE MANDALA.....	38
4.2. 2	Ação do Projeto de Invervenção da autora desse Trabalho de Conclusão de Curso.....	45
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetiva pesquisar como a economia solidária pode se constituir como mediação ao processo de emancipação feminina, a partir da experiência da Rede Mandala, numa sociedade machista e patriarcal, que visa os interesses do capital, onde a precarização do trabalho, é uma das diversas expressões da questão social vivenciadas no mundo contemporâneo e faz parte da lógica do sistema econômico capitalista.

Segundo Marx e Engels (1848), a história da luta de classes se dá por um antagonismo de classes, de um lado a burguesia, que se entende a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção, do outro lado os denominados proletários, que não tem os meios próprios de produção, sendo assim obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Desse modo a burguesia por meio do estabelecimento das grandes indústrias e do mercado no mundo, conquistou a soberania e fez com que a dignidade das pessoas se transformasse em um simples valor de troca, substituindo as inúmeras liberdades que foram duramente conquistadas por uma única liberdade, a do comércio.

Na obra de Volnistem *et al*, (2013), salienta-se que no sistema capitalista, o mercado flexibiliza os contratos de trabalho, em diversas localidades do mundo, transformando assim a convivência numa aldeia global, onde os investimentos sociais são deteriorados e se investe em maior acumulação do capital. Conseqüentemente os trabalhadores passam a ter como opção a inserção no mercado precarizado e informal, que mantém ou agrava seu estado de vulnerabilidade social e pobreza.

Entende-se, dessa forma, a precarização do trabalho como uma expressão da questão social. E cabe ao assistente social desvelar e intervir em tais expressões, encarregando-se de cumprir seu compromisso com o projeto ético-político da profissão. Iamamoto (2000), destaca que o Serviço Social intervém na reprodução da força de trabalho através dos serviços sociais, nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras, tendo um papel necessário no processo de reprodução material e social da força de trabalho, atuando nas questões que dizem respeito a sobrevivência social e material em esferas majoritárias da população trabalhadora.

Volnistem *et al*, (2013), complementam que, nessa conjuntura, é relevante evidenciar o papel do trabalho feminino. Com o passar dos anos foi possível vislumbrar mudanças nas esferas políticas, econômicas e sociais como também

culturais, pois no passado o papel atribuído a mulher dizia respeito ao cuidado do lar e dos filhos. Porém na contemporaneidade ocorreram mudanças, tornando as mulheres cada vez mais encarregadas de custear financeiramente seus lares.

Essa inserção da mulher no mercado de trabalho vem revestida por problemas, pois para além das desigualdades de caráter social, mulheres são vítimas de desigualdade de gênero, estabelecendo que sejam também as maiores vítimas do desemprego, dos trabalhos precarizados e mal remunerados. Este cenário, além de não conferir a elas garantias de direitos pelas constituições, não contribuem no que tange ao processo de emancipação feminina<sup>1</sup>. (OLIVEIRA, 2008)

O desemprego, a precarização, a profunda desigualdade social e a divisão sexual do trabalho impulsionam movimentos, iniciados pelos trabalhadores, tais como: sindicatos, cooperativas, e as associações solidárias. O presente trabalho irá ressaltar os empreendimentos da economia solidária como importante mediação na perspectiva de transformações na vida social concentradas nas relações de trabalho. (OLIVEIRA, 2008) O foco da discussão compreenderá os impactos da economia solidária nas novas relações sociais de mulheres que integram suas iniciativas, tendo como ponto de partida a experiência da Rede Mandala, cuja apresentação se dará ao longo deste texto introdutório.

Este estudo teve como justificativa a relevância dessa temática para o Serviço Social, elucidando a contribuição do trabalho do assistente social na perspectiva de construir uma sociedade baseada nos princípios da igualdade e da solidariedade.

A ideia inicial da concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, nasceu a partir das discussões realizadas no grupo de pesquisa a Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária, sob a supervisão do professor doutor Rodolfo dos Santos Silva. Através de leituras e pesquisas sobre a economia solidária percebeu-se a necessidade de aprofundamento dessa temática na perspectiva de defesa dos direitos e dos valores democráticos. Leitura especialmente do livro O Banqueiro dos Pobres de Muhammad Yunus com Alan

---

<sup>1</sup> A emancipação feminina é um movimento em que há uma luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela libertação dos preconceitos e da opressão ainda existentes na sociedade. Assim, a emancipação feminina é uma ferramenta de combate à desigualdade de gênero. Portanto, a emancipação feminina é a **luta do movimento feminista** por igualdade de tratamento (igualdade de gênero) e pelo reconhecimento de todos os direitos das mulheres. (Fonte: Significados)

Jolis, onde narra a experiência da criação do Banco *Grameen*, em Bangladesh, que concedia empréstimos à mulheres, numa aldeia em Jobra, localidade extremamente pobre e sexista, possibilitando o trabalho de grupos de mulheres, sob a forma de cooperativismo, resultando na minimização da pobreza e da fome, bem como a diminuição da violência doméstica, levando as mulheres, a serem agentes econômicos do lar e protagonistas da própria história.

Tal motivação foi fortalecida com a experiência de estágio da autora no Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), acompanhando o trabalho do Serviço Social junto a iniciativas de economia solidária organizadas por meio da Rede Mandala, que congrega diferentes empreendimentos solidários organizados por mulheres.

Sob a perspectiva de impulsionar mulheres rumo ao processo de emancipação foi criada a Rede Estadual de Economia Solidária Campo e Cidade: Rede Mandala, que busca fortalecer os coletivos<sup>2</sup>, conectando-os entre si e contribuindo com a economia solidária no Estado do Paraná. É composta por nove redes, sendo as urbanas: Rede Pinhão de Clubes de Trocas; Feira Permanente de Economia Popular Solidária; Rede de Padarias Comunitárias; Segurança e Soberania Alimentar; Rede Utopia; Coletivo de Costuras Alegria Entre Linhas. E as redes rurais são: Núcleo Maria Rosa Anunciação; Rede Copasol; Central de Cooperativas da Reforma Agrária.

Demarcou-se que a economia solidária é uma alternativa ao sistema econômico capitalista, vista como outra forma de trabalho e geração de renda numa conjuntura de exploração e precarização do trabalho, que são expressões da questão social. Sendo assim, a discussão sobre a economia solidária se torna cada vez mais necessária, devido as transformações políticas, econômicas e sociais, que trazem à tona e evidenciam as expressões da questão social na contemporaneidade, requerendo uma intervenção social que ratifique o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Numa sociedade capitalista individualizada e discriminatória, onde é visível o crescimento do desemprego, estudar o modelo de economia solidária mostrou-se, ainda, um caminho para compreensão das alternativas possíveis para o processo de

---

<sup>2</sup> Coletivos são os modos de organização distintos, podendo ser: cooperativas, associações, grupos e outros, os quais denominamos de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). (Fonte: Secretaria de Trabalho e Renda/RJ)

emancipação feminina, uma vez que há grande prevalência das mulheres nos grupos que aderem este novo modelo.

Após essa profunda reflexão, emerge-se a seguinte questão: Como a economia solidária pode se constituir como mediação ao processo de emancipação feminina, a partir da experiência da Rede Mandala? O que levou ao delineamento do objetivo geral desta pesquisa: analisar como a economia solidária pode se constituir como mediação para o processo de emancipação feminina, a partir da experiência da Rede Mandala. Como objetivos específicos foram estabelecidos os seguintes: apontar a precarização do trabalho no sistema econômico capitalista, identificando a economia solidária como alternativa para geração de renda e trabalho; debater sobre o trabalho da mulher na sociedade no contexto da divisão sexual do trabalho; compreender o papel da economia solidária como uma possibilidade de emancipação da mulher trabalhadora, através dos empreendimentos solidários da Rede Mandala.

Para desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi utilizado o método crítico-dialético que, de acordo com Medeiros & Sviercoski (2020), tem como princípio da pesquisa a relação entre sujeito e objeto, numa dialética onde são estudados os fenômenos em sua totalidade. Assim, o objeto de estudo é explorado e tido como contraditório e complexo, necessitando que sua análise seja contextualizada considerando sua historicidade com criticidade. Na conjuntura mais contemporânea da pesquisa social, o método histórico-dialético contribui para a compreensão do sistema capitalista, no que tange a forças de poder, entende-se que essas forças são determinantes na estrutura social. Por conseguinte, o Serviço Social ampliou a sua categoria de produção de conhecimento, alicerçada na teoria social crítica.

A abordagem utilizada neste estudo baseou-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2001), se atenta nas ciências sociais, onde o grau de realidade é impossibilitado de ser quantificado. Sendo assim, ela responde demandas muito pertinentes, sendo que trabalha com um sistema de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, conduzindo a um ambiente mais amplo das relações, que são impossíveis de serem abreviados à operacionalização de variáveis.

O procedimento para a coleta de dados deu-se por intermédio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, que segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é semelhante a pesquisa documental, mas existe uma única diferença

entre elas, pois enquanto a pesquisa bibliográfica emprega-se dos benefícios de diversos autores sobre o mesmo assunto, a pesquisa documental recorre aos materiais que até o momento não receberam uma análise, ou que ainda poderão ser reproduzidos para que se chegue ao objetivo da pesquisa.

Para tanto, foram utilizados livros e artigos com temas relevantes ao trabalho, e também documentos cedidos pelo CEFURIA. Constituíram-se as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa: catálogos informativos sobre a Rede Mandala, bem como as cartilhas utilizadas pelos gestores para a capacitação dos grupos que participam dos empreendimentos solidários. Sendo que acervo é formado por documentos oficiais sobre a economia solidária. Foi utilizada também a internet como uma das fontes de pesquisa, sendo considerados sítios eletrônicos confiáveis, tanto de órgãos públicos, quanto de instituições fidedignas, facilitando o desenvolvimento da pesquisa, tornando os documentos e informações mais acessíveis, em decorrência da pandemia da Covid 19.

O trabalho foi estruturado em três capítulos: no capítulo um apresentou-se: o sistema econômico capitalista e a precarização no mundo do trabalho; a precarização do trabalho como uma expressão da questão social; o Serviço Social e seu projeto ético-político frente às perspectivas do trabalho; economia solidária: alternativa ao capitalismo. No capítulo dois apresentou-se um breve histórico sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho; a mulher e a divisão sexual do trabalho; mulheres na economia solidária. No capítulo três apresentou-se: instituição de apoio e fomento à economia solidária, Centro de Formação Urbano Ruaral Irma Araújo: CEFURIA; Rede Paranaense de Economia Solidária Campo e Cidade: Rede Mandala e um breve relato da ação do Projeto de Intervenção da autora desse Trabalho de Conclusão de Curso.

## **2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

### **2.1 O SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA E A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO**

Conceituando uma vertente fundada sob o pensamento de Karl Marx sobre o sistema econômico capitalista, Martinelli (2000), explica que o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas principalmente pela dominação do modo de produção do capital. Esse modo de produção capitalista é definido por suas peculiaridades e especificidades nas relações sociais, que são as forças produtivas, essa relação tem como mediação a posse privada dos meios de produção. Conseqüentemente, cria-se uma nova estrutura social, pois a concentração da propriedade dos meios de produção é abarcada pelas mãos de uma classe que é representada por uma minoria da sociedade. Essa dinâmica provoca o surgimento de outra classe que é constituída por aqueles que não tem nada, somente a sua força de trabalho. Nesse contexto, a compra e venda da força de trabalho converte-se em mercadoria, como qualquer outra, e a base desse sistema é a diferenciação de membros da classe social a partir da posse privada e dos meios de produção.

No sistema econômico capitalista Gaiger (2003), aponta que o modo de produção eclode de quatro características da vida econômica que são: a) um regime de produção de mercadorias cujo sua única intenção é visar ao mercado; b) separação dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores; c) conversão da força de trabalho em mercadoria, sendo a forma dessa, o trabalho assalariado; d) extração da mais valia, concedido aos proprietários dos meios de produção, como forma de ampliar o valor investido na produção, visando a restituição expandida do capital. O capitalismo, por conseguinte, está estabelecido numa relação social, onde os sujeitos perpassam por posições de desigualdade frente aos meios de produção e as condições que são a eles postas no que se refere a sua capacidade de trabalho.

Na plenitude do século XXI, de acordo com Antunes (2018), bilhões de mulheres e homens carecem exclusivamente do trabalho para sobreviver. Essa situação atenua-se cada vez mais e deparam-se mais do que nunca com instabilidade e precarização do trabalho ou experimentam o suplício do desemprego. Enquanto o número de trabalhadores se amplia, o emprego é reduzido imensamente, em escala global. Nesse contexto, trabalhadores que preservam seus empregos, vivenciam seus direitos sociais

corroídos e a erosão de históricas conquistas. Conseqüentemente, devido a lógica deletéria capitalista, que ao afugentar centenas de milhares de mulheres e homens do mundo produtivo, reformulam, em espaços remotos e retirados, novas facetas de trabalho informal, intermitente, precarizado ou “flexível”, causando ainda mais pauperização no que tange a remunerações das mulheres e homens que permanecem trabalhando.

Silva (2007), ressalta que as relações econômicas indispensáveis iniciam sua construção fundamentada na exploração da força de trabalho. Na formação social brasileira, se vivencia um sistema capitalista, o que implica dizer que as pessoas que vivem do trabalho não têm possibilidades para produzir ou de sobreviver de maneira independente, sobrevivem da troca de sua resistência física e de suas habilidades por meios financeiros, vendendo sua força de trabalho ao seu empregador, possibilitando a ele a ampliação da sua produção e a geração de lucro, cujo é desfrutado somente por ele e sua família.

De acordo com Lazzareschi (2007), na sociedade capitalista, quem produz a riqueza é especialmente a classe proletária, assalariados que compõem o mercado formal, que é o mercado regulamentado por lei. No entanto essa riqueza não é somente produzida por eles. Mulheres e homens que produzem bens e serviços por conta própria, que não estão vinculados a empregos, bem como cooperados, são também produtores de riquezas no mercado não regulamentado de trabalho ou informal. Isto posto, vemos a importância de não confundir trabalho e emprego, pois o processo de trabalho e suas transformações quanto a organização nas empresas que se iniciou no século passado reduziu significativamente a oferta de empregos, e a tendência é de haver uma redução ainda maior, contudo a raça humana segue e seguirá trabalhando. Essa ampliação do trabalho ocorre porque mulheres e homens não se findam em seres de necessidades, e são sim seres criadores de necessidades incontáveis e contemporâneas, das quais as deleitações serão dependentes do trabalho e não somente do emprego. A autora ainda complementa:

A reestruturação produtiva resulta da introdução de novas tecnologias de base microeletrônica (tecnologias de informação), conjugada à introdução de novas técnicas gerenciais do processo de trabalho (toyotismo just-in-time/kanban), cuja conseqüência imediata e mais importante é a desestruturação dos mercados de trabalho que se expressa no aumento crescente do desemprego e do mercado informal de trabalho, no desaparecimento de muitas ocupações e surgimento de outras para as quais se exigem novas competências profissionais, no estabelecimento de novas e precárias relações de trabalho (jornada parcial de trabalho, contrato

temporário de trabalho, banco de horas, terceirização), enfim, num enorme sofrimento humano. (LAZZARESCHI, 2007, p. 11)

Marx (2004), aponta que quanto mais riqueza produz, mais aumenta a sua produção, mais pobre se torna o trabalhador. Esse trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata na mesma intensidade que sua produção aumenta. Enquanto a valorização no mundo das coisas aumenta, proporcionalmente a desvalorização do mundo dos homens aumentará, o que implica dizer que o trabalho não produz mercadorias somente, mas, transforma o próprio ser humano em mercadoria.

O trabalho sofreu uma decomposição de suas operações simples através da passagem para além do trabalho manual, de acordo com Marx (2004). Mas vale ressaltar, em primeiro lugar, que apenas uma parte habitual cabe às máquinas, importante destacar que uma parte prossegue cabendo aos homens. Consoante, é natural das coisas e conforme experiências pertinentes, tal atividade habitual é semelhantemente prejudicial para o espírito como também para o corpo. “[...] Não se levou em conta ainda esta grande diferença: até que ponto os homens trabalham com máquinas, ou até que ponto eles trabalham como máquinas”. (MARX, 2004, p. 32)

Na atualidade vivencia-se uma terceira revolução industrial, e com ela seguem profundas transformações mundiais. Bem como nos períodos anteriores do desenvolvimento industrial, acontece uma vasta expulsão populacional de trabalhadores de seus postos de trabalho devido a mudanças radicais tecnológicas:

Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho. Fenômeno que se observa hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram comparativamente baixos. São estoques de força de trabalho "descartáveis" para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. Existe "gente demais" para as necessidades da acumulação capitalista; ao mesmo tempo em que, nas regiões mais pobres, a população tem reduzida sua esperança de vida ao nascer, [...]. (IAMAMOTO, 2000, p. 32)

Antunes (2009), indica que, especialmente nas últimas décadas, a sociedade contemporânea vivencia transformações aprofundadas, tanto nas formas de materialidade, como na subjetividade. Esse processo desenrola-se devido as complexas relações entre o ser e o existir da civilidade humana. Tendo o neoliberalismo como estrutura, o capital experimenta crises devido a acumulação que tem acarretado entre tantas outras conseqüências, mutações profundas no mundo do trabalho e seu interior.

Podemos citar o enorme desemprego estrutural e o número cada vez mais crescente de trabalhadores que são afligidos pela precarização do trabalho, além de uma degradação ampliada na relação do homem com a natureza. Essas mazelas são acentuadas pela lógica societal, onde se prioriza a produção de mercadorias e a valorização do capital. Tendo o capital como intento cada vez lucrar mais por meio da reprodução ampliada, onde é sempre mais importante visar o lucro, sem se preocupar com o direito das pessoas, ou com o meio ambiente.

Nesse contexto, de acordo com o Instituto Humanitas Unisinos (2018), desde o capitalismo mercantilista que só cresceu em nível mundial, essa é uma época que mais se reproduz riqueza, e em contraste também nunca se viu tanto pobreza e desigualdade, sendo assim centenas de milhares de pessoas passam fome nesse sistema capitalista sendo uma terrível distribuição desigual de riquezas global.

## 2.2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Quando se coloca em pauta a discussão da nomeada “questão social”, dois elementos podem ser destacados: o trabalho e o capital. De acordo com Volnistem *et al*, (2013), ao pensar no desemprego, acesso ou precarização do trabalho como uma expressão da “questão social”, é necessário o esclarecimento primeiramente do que é a “questão social”, sendo que a mesma é objeto de trabalho do Serviço Social e reproduz tais expressões. Sendo a precarização do trabalho e a falta de acesso ao trabalho uma das expressões da “questão social” mais materializadas no Brasil, é de suma importância discorrer sobre esse fenômeno.

Iamamoto (2000), traz sua contribuição ao dizer que a “questão social” se manifesta no conjunto das expressões das desigualdades, que surge das disparidades entre duas classes antagônicas, onde a classe trabalhadora vende sua força de trabalho produzindo bens e riquezas que serão acumulados e abarcados pela classe dominante. Mesmo sendo a igualdade um direito garantido a todos os cidadãos, nem todos tem acesso a ela, devido a acumulação de bens ser uma característica da sociedade capitalista, que não está em consonância com igualdade. A partir dessa realidade que está posta, Iamamoto (2010), enfatiza que a “questão social” envolve a sociedade capitalista e circunda uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades que são produzidas e reproduzidas socialmente.

Netto (2012), salienta que a “questão social” na perspectiva teórica-analítica “não tem nada a ver” com as multiplicações de problemas sociais que o ditame burguês herdou ou com traços inalterados da sociedade, mas sim unicamente com a sociabilidade erigida sob o comando do capital. Nesse viés, a teoria marxiana censura ilusões quanto a reformas internas do capitalismo:

A descoberta e a análise marxianas da lei geral da acumulação capitalista, sintetizada no vigésimo terceiro capítulo do livro primeiro d'O capital, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar. (NETTO, 2012, p. 205-206)

Netto, (2012, p. 210), afirma que: “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da insegurança no trabalho.” O mesmo autor ainda enfatiza que recentes processos implicam numa inigualável economia do trabalho, estabelecendo que a composição orgânica do capital seja elevada resultando direto na sociedade capitalista o engrandecimento da força de trabalho que excede em virtude dos interesses do capital, o chamado exército de reserva industrial, que é inerente ao sistema capitalista tardio, sendo que os economistas burgueses não admitem essa conjuntura. Esse exército industrial de reserva, no entanto, descortina o “desemprego estrutural”. Esse fato traz a tona que o “mercado de trabalho” vivencia uma estruturação radical, onde todas as “inovações” do capital levam à precarização das condições de vida em massa dos sujeitos que necessitam vender a sua força de trabalho.

### **2.2.1 O Serviço Social e seu projeto ético político frente a perspectiva do trabalho**

Sobre os princípios que regem a atuação do assistente social, reafirma-se seu compromisso com a classe trabalhadora e para com aqueles que necessitam da sua atuação. Iamamoto (2008), desvela que os assistentes sociais brasileiros têm sua presença marcada no que tange aos obstáculos nacionais, reforçando os movimentos de trabalhadores e as forças progressistas, na defesa dos direitos humanos e sociais, defendem a democratização e os sujeitos que subsistem do seu próprio trabalho. Sendo assim a categoria condena todas as formas de exploração, expropriação e opressão,

enfrentando à naturalização da estruturação capitalista de desigualdades que são a esse sistema inerentes, e são vistas como irremediáveis; produto de lutas históricas das classes trabalhadoras, fundidos nos direitos sociais universais de cidadania, que devem ser mediados primordialmente pelo Estado.

As diretrizes curriculares, estabelecem como perfil do bacharel em Serviço Social:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e efetivando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (MEC, 1999, p. 01)

A ação ou intervenção profissional do assistente social, de acordo com Faleiros (1999), não é moldada ou pré estabelecida (a chamada receita). No entanto, o que é exigido desses profissionais, é uma capacidade demasiada de análise para assimilar e clarificar as singularidades das conjunturas e episódios. O profissional deverá ser capacitado para sugerir alternativas com a participação dos usuários, na complexa rede em que estão correlacionadas as forças sociais que estão localizados até mesmo os assistentes sociais.

Segundo Martinelli (2000), libertando -se das amarras que envolvem o sistema capitalista e os paradigmas que são por ele elaborados, a profissão caminhará na lógica da participação coletiva no processo de construção de alternativas que sejam capazes de oferecer inovações no que tange ao enfrentamento da relação capital-trabalho. O Serviço Social será qualificado a realizar uma prática profissional crítica, que assuma politicamente a capacidade de lutar por transformação na sociedade. “Tendo presente que cada momento tem em si a força inaugural, o impulso criador do novo! (MARTINELLI, 2000, p. 159). Complementando, Martinelli (158-159), diz que: “Transformar a história em destino e esvaziá-la daquilo que a caracteriza: a história é essencialmente movimento, e instituinte constrói-se a cada momento trazendo sempre novas possibilidades”. Tendo como compromisso ético político da profissão:

O Serviço Social possui também, como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1993). O Serviço Social, portanto, pode ser uma das profissões com possibilidades de contribuir com as experiências de geração de

trabalho e renda – que constituem a Economia Popular Solidária –, visando à autonomia destes trabalhadores diante dos processos de trabalho e ao fortalecimento destes empreendimentos coletivos. (GOERCK, 2006, p. 07)

Nesse sentido se apresenta a economia solidária como alternativa ao capitalismo e como estratégia adotada pelo Serviço Social para o enfrentamento das expressões da questão social. Brenna (2018), aponta que o assistente social deverá ter a compreensão que os empreendimentos coletivos de economia solidária, são originários do trabalhador e das instituições de apoio, como resposta e alternativa em um cenário de desemprego, sendo este uma expressão da “questão social” provocada pelo sistema capitalista. A autora identifica ainda que essas organizações são estruturadas de maneira diferente dos empreendimentos capitalistas, considerando que tem como base a economia justa, a autonomia, a autogestão, e a participação popular como estratégia de disseminação da democracia e de justiça social.

### 2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

Economia popular solidária (EPS<sup>3</sup>), de acordo com Souza *et al*, (2012), é o nome dado ao agrupamento de práticas econômico-populares que surgiram no Brasil e no mundo, iniciados nas últimas décadas do século XX. Práticas essas que são entendidas como uma resistência ao resultado do processo histórico no Brasil e no mundo, sob dominação da lógica mercadológica que visa o lucro e as finanças, criando divisões desumanas como o “desemprego estrutural”, “populações descartáveis”, “consumo compulsivo”, “obsolescência planejada”. Mediante este cenário, a EPS é uma resposta a tais deteriorações, tendo sua estrutura sobre bases contrárias a esta lógica.

Santos e Deluiz (2009), situam que incide uma crise do trabalho que recai sobre os países periféricos, que nas últimas décadas manifesta-se como “consequências” de dois processos que são estruturados devido evoluções do capitalismo: o avanço na modernização dos modos de produção e dos mercados nos países centrais; e a configuração do Estado, pois com suas crises fiscais seguido de ausência de políticas públicas sociais, acaba por reorganizar a sua agenda social.

---

<sup>3</sup> Diniz demonstra que vários autores se contradizem nesse conceito, porém: A distinção de “economia popular” e “economia solidária”, é distinguida por Paul Singer (2000), sendo, economia solidária: a unidade básica de análise da economia solidária é a unidade de produção; e a célula da economia popular é a unidade doméstica. (Fonte: Diniz (2017), *apud*, Singer (2000))

Contrapondo essa lógica que se ocupa somente em visar o lucro:

Há, no entanto, uma outra alternativa. A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superarão suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. (SINGER, 2002, p. 114)

A EPS, segundo Singer (2002), é um “modo de produção”, que tem como base a propriedade coletiva ou associada dos bens e a liberdade como direito individual, resultando na solidariedade e igualdade. No entanto para que seja possível sua reprodução requer mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.

A economia solidária, de acordo com Oliveira (2013, p. 03), “tem sido uma estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho, que acompanham o desenvolvimento do capitalismo, em que se produz riqueza gerando miséria”.

Abreu e Oliveira (2020), demonstram que economia solidária foi definida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES<sup>4</sup>), como:

Um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (ABREU E OLIVEIRA, 2020, p. 03)

---

<sup>4</sup> Com a extinção do Ministério do Trabalho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. As competências que têm relação com a economia solidária ficaram restritas à política de assistência social e à de renda, associada ao conceito de cidadania, evidenciando que não é nesse ministério que se define estratégias da política de trabalho e de desenvolvimento do país. A Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana abrigará o que era a Senaes. Essa visão mutilou o conceito de economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento, que responde aos empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais. (Fonte: O Le Monde Diplomatique Brasil, 2019)

Arcanjo e Oliveira (2017), explanam que, a partir de 2003, foi implementada no Brasil a política pública de economia solidária de maneira estruturada, priorizando o acesso a pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente pessoas beneficiárias dos programas de transferência de renda.

Singer (2002), complementando defende que uma EPS ou solidariedade na economia poderá ser empreendida com bases igualitárias dos associados, afim de produzir, comercializar e poupar, o que o autor designa de associação entre iguais, ao invés do contrato entre desiguais. Porventura se toda economia fosse solidária, a desigualdade decresceria. Do Estado requerer-se-ia a intervenção para fins de igualação regulares das vantagens e desvantagens, a fim de evitar acúmulos e para que se “redistribua” dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando os impostos para esse fim.

O surgimento da economia popular e solidária, segundo Singer (2002), se deu afim de maximizar a quantidade e qualidade do trabalho, ao contrário do lucro. Neste modelo, os trabalhadores são secundariamente os proprietários das empresas. O autor situa que a reinvenção dessa economia é fundamentada na tese de que as contradições do capitalismo possibilitam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas de lógica oposta às suas próprias, concluindo que:

Cumpramos observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e outras igrejas, sindicatos e universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem, entre os trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes, os princípios do cooperativismo e conhecimento básico à criação de empreendimentos solidários (SINGER, 2002, p. 112)

Abreu e Oliveira (2020), revelam que mulheres tem presença significativa dentro da economia solidária, e lançam suas reflexões e indagações em relação as desigualdades de gênero presentes na sociedade e que, não poucas vezes, se reproduzem nos EES como também no âmago do próprio movimento de economia solidária.

### **3 O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

#### **3.1 HISTÓRICO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: DO SÉCULO XIX À GLOBALIZAÇÃO**

O trabalho, remunerado ou não, sempre esteve presente na vida das mulheres, na esfera privada bem como na esfera pública, mas existem diferenciações quanto aos tipos de trabalho, suas compensações e proventos, no contexto histórico. Nesse sentido do trabalho, Paulon (2010), discorre que mulheres pobres trabalharam desde os primórdios da concepção da sociedade brasileira, como escravas, vendedoras ambulantes, amas de leite, parteiras, curandeiras, cozinheiras, costureiras dentre outras profissões, exercendo diversas funções que eram desvalorizadas pela sociedade, especialmente no fim do século XVIII e início do XIX. Sendo que no período de industrialização por serem tidas como mão de obra barata tornaram-se maioria nas fábricas.

De acordo com Rago (2001), havia condições desiguais entre mulheres pobres e mulheres burguesas. No século XX, nas primeiras décadas, no que se refere a complexidade das relações entre as mulheres, existiam fatores que as diferenciavam, como por exemplo a classe social. Nesse sentido a autora afirma que:

As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral. Desde a famosa 'costureirinha', a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição. (RAGO, 2001, p. 589)

De acordo com Samara (1983), no que tange as mulheres pobres, mulheres que tinham menos posses, negras ou mesmo as brancas, eram menos protegidas e eram mais sujeitas à exploração sexual. Suas relações eram desenvolvidas num padrão diferente de moralidade, que levava em consideração especialmente as dificuldades econômicas e de raça, contrapondo-se ao ideal de castidade predominante no código moral das classes dominantes.

Nesse sentido, Paulon (2010), discorre que essa construção moralista que existia entre homens e mulheres desde os primórdios da construção da sociedade

brasileira é resultante da moralidade existente na família burguesa, onde mulheres com posses submetiam-se a vários preceitos conservadores e seguiam convenções sociais com boa vontade, sem questionarem-se, devido a ideia primária da construção de um casamento feliz, seguindo do plano de gerar filhos.

A autora complementa que no início do século XX, dá-se a continuidade de uma imposição da “moralidade oficial”, no que tange a atuação das mulheres ao ambiente doméstico e ao cuidado com os filhos. No entanto essa moralidade era alheia as mulheres pobres, que necessitavam trabalhar para que fossem supridas as necessidades familiares, devido ao salário dos maridos serem insuficientes para atender as necessidades da família, sendo que se dependessem do salário apenas do seus cônjuges, estariam presas a uma situação de miséria ainda maior do que as que vivenciavam.

De acordo com Fonseca (2001), as mulheres trabalhadoras do século XX, tinham a necessidade de trabalhar, portanto eram mal vistas pela sociedade, mesmo sendo elas que lideravam a mão de obra nas indústrias:

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos dos viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalhavam fora de casa. Com a industrialização, chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalho em certas indústrias, notadamente nas de tecido. (FONSECA, 2001, p. 517)

No entanto, de acordo com Paulon (2010), tanto esforço no trabalho fora do ambiente doméstico, não diminuía a responsabilidade no que tange as lidas do ambiente doméstico. Isso implica dizer que essas mulheres pobres, vivenciavam uma dupla jornada de trabalho, devido aos afazeres domésticos continuarem sendo uma tarefa exclusiva das mesmas, que lutavam constantemente pelo reconhecimento de seu trabalho e de sua contribuição dentro de casa. Sendo assim, o trabalho feminino ao decorrer da história, tanto como sua aceitação em postos de trabalho ou em posições que anteriormente eram ocupadas exclusivamente por homens, não teve um real significado de transformação quanto ao papel masculino na divisão de tarefas no ambiente doméstico.

Com a ascensão da globalização, partindo da década de 1990, a autora complementa que se torna notória uma reprodução das relações sociais, que está inserida tanto no mercado de trabalho quanto no cotidiano. Essa conjuntura reedifica valores que pareciam desaparecidos. Trazendo um novo discurso, a globalização, fruto do neoliberalismo permanece reproduzindo relações sociais sexistas, igualmente a períodos históricos anteriores, sobretudo com uma nova roupagem. Sendo assim a vida cotidiana na contemporaneidade mantém valores com papéis determinantes e específicos para as mulheres e homens por meio da escola, universidade, lazer, cultura. (PAULON, 2010).

### 3.2 A MULHER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O “lugar social” destinado às mulheres, culturalmente, se ateve a um lugar da casa, do espaço doméstico, atribuindo-se tarefas específicas destinadas ao feminino. É relevante destacar que, tais “divisões de tarefas” não podem ser descontextualizadas, visto que corroboram com a permanência de um modelo de sociedade machista e patriarcal. Na atualidade as mulheres além de viverem numa realidade de “submissão masculina”, estão sujeitas também a submissão de um sistema capitalista. Apesar das lutas e conquistas dos movimentos sociais, alcançadas em recente período histórico, principalmente o movimento feminista<sup>5</sup>, ainda há muito que se conquistar, pois garantias e direitos não são universais e tangíveis para todas as mulheres. (BACK *et al*, 2012).

Federici (2004), diz que para o desenvolvimento do capitalismo foi fundamental a construção de uma nova ordem patriarcal que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina. Tendo essa conjuntura como base, tornou possível a imposição de uma nova divisão sexual do trabalho, que não somente diferenciava as tarefas que mulheres e homens deveriam realizar baseado no gênero, mas também ditava suas experiências, suas vidas, suas relações com o capital, bem como variados setores da classe trabalhadora. Sendo assim, tanto a

---

<sup>5</sup> O feminismo (do latim *femīna*, significa “mulher”) é um conceito que surge no século XIX, o qual se desenvolveu como movimento filosófico, social e político. Sua principal característica é a luta pela igualdade de gêneros (homens e mulheres), e conseqüentemente pela participação da mulher na sociedade. (Fonte: Bezerra, 2021)

divisão sexual do trabalho, como a divisão internacional do trabalho, foram essencialmente uma relação de poder, uma certa divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que impulsionava a acumulação capitalista. Nesse sentido:

[...], os trabalhadores homens foram frequentemente cúmplices deste processo, tendo em vista que tentaram manter seu poder com relação ao capital, por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, das crianças e das populações colonizadas pela classe capitalista. No entanto o poder que os homens impuseram sobre as mulheres, em virtude de seu acesso ao trabalho assalariado e sua contribuição reconhecida na acumulação capitalista, foi pago pelo preço da autoalienação e da “desacumulação primitiva” de seus poderes individuais e coletivos. (FEDERICI, 2004, p. 214)

A divisão do lugar social, atribuições e tarefas para homens e mulheres de acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (2016), decorrem das relações sociais e de sexo. Essa divisão ocorre historicamente e vai sendo adaptada a cada sociedade, sendo que sua característica predominante é a de dar prioridade ao homem quanto à realização de atividades produtivas, apropriação de forte valorização associado ao comércio, indústria, empreendimentos e política. Em contraposição, as mulheres são associadas à esfera reprodutiva, atividades com relação ao cuidado e afazeres domésticos, divisão essa que tem grande repercussão nos cargos e funções dedicadas a ocupação da mulher e seus rendimentos. Desta forma, são reservadas às mulheres tarefas que são principalmente relacionadas a cuidados e serviços menos valorizados socialmente.

A respeito da distinção dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, a autora Arendt discorre que:

A distinção entre as esferas pública e privada, encarada do ponto de vista da privacidade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado. [...] é impressionante que, desde os primórdios da história até o nosso tempo, o que precisou de ser escondido na privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana, tudo o que é ligado à necessidade do próprio processo vital e que, antes da era moderna, abrangia todas as atividades a serviço da subsistência do indivíduo e da sobrevivência da espécie. Mantidos fora da vista eram os trabalhadores que, com o seu corpo, cuidavam das necessidades (físicas) da vida, e as mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência física da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias — não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era laboriosa, dedicada a funções corporais. (ARENDR, 2007, p. 82-83)

Perrot (2006), demonstra que o século XIX elevou ao máximo a segregação sexual nos espaços e a divisão das tarefas. Sua organização buscou justificar rigorosamente o lugar de cada um, configurando o lugar da mulher relacionado à maternidade e ao ambiente doméstico como totalitário a ela. A contribuição da mulher ao trabalho remunerado foi definida como temporária, sendo paulatinamente realizada devido as necessidades familiares, com uma remuneração baseada em um salário de trocados, e em tarefas sem maior qualificação. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867. A listagem de “trabalho de mulheres” é sistematizada e restrita.

A condição inferior das mulheres na esfera produtiva é benéfica para o capitalismo, pois promove a extração do “máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho e da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que o masculino”. Deste modo, o próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas passa a se utilizar desta subordinação de forma a otimizar a acumulação do capital. Marx em “O Capital” também levantou uma discussão sobre o uso da força de trabalho feminina pelo capitalismo. Para ele, o sistema capitalista usa da mão de obra feminina para incentivar a competição entre os trabalhadores, estimulando o ingresso das mulheres no mercado de trabalho a fim de rebaixar o nível geral dos salários. (SAFFIOTI, 2013, p. 36)

Vivencia-se nas ultimas décadas, de acordo com Antunes (2009), o aumento significativo do trabalho feminino no mundo produtivo fabril. Essa conjuntura acaba por desenhar uma nova divisão sexual do trabalho, onde na grande maioria das vezes são reservadas as mulheres de trabalho intenso, o que implica dizer que se intensificam ainda mais a exploração do trabalho feminino, sendo que permanecem reservados aos homens aqueles trabalhos que são dotados de maior desenvolvimento tecnológico. Por consequência o trabalho feminino revela-se como trabalho mais precarizado, com maior informalidade, com desníveis salariais mais acentuados, além de jornadas mais prolongadas. A mulher trabalhadora frequentemente executa seu trabalho dentro e fora de casa, tornando sua jornada de trabalho dupla, de tal modo a mulher é duplamente explorada pelo capital.

Como explana Ferreira (2007), que um pequeno número de mulheres de classe média, ou ricas, solucionam ligeiramente a dupla jornada, atribuindo as responsabilidades do ambiente familiar para trabalhadoras domésticas remuneradas, enquanto as mulheres com maior vulnerabilidade social momentaneamente quando possível contam com apenas solidariedade ou treinam suas filhas para dividirem essa responsabilidade, ou recebem contribuições

eventuais de outras mulheres da família. A autora ainda complementa que mulheres liberam outras mulheres para o trabalho remunerado, mas não liberam a si próprias, e ninguém as libera desta jornada. Essa liberação da dupla jornada, só poderá ocorrer de fato, a partir da divisão das tarefas domésticas com os homens e os demais membros da família, e com políticas públicas efetivas.

A vida social no âmbito familiar, educacional e nos ambientes organizacionais, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), são agrupamentos distintos de socialização que cooperam para a renovação das relações sociais. A permanência da incumbência do trabalho doméstico às mulheres, mesmo que exista um contexto de reconfiguração das relações sociais, prossegue sendo um dos problemas mais importantes a serem analisados nas relações sociais e de gênero.

Quanto as instituições normativas, que diferenciam homens e mulheres quanto aos lugares devem ocupar, Silva (2007) esclarece que:

As normas culturais baseadas na percepção das diferenças entre os sexos alimentam e são alimentadas, concomitantemente, pela normatização jurídica, pela linguagem, pela imagem midiática, pelo funcionamento regular de instituições como igrejas, famílias, escolas etc. Essa representação social designa lugares diferenciados para homens e mulheres na sociedade e impede ver quão injusta é a dupla jornada de trabalho das mulheres, ou mesmo como é violenta a educação sexista praticada desde a infância nas escolas, ou ainda como é estranho que os seres humanos, sendo homens e mulheres, tenham, na grande maioria, como chefes de estados-nação, apenas homens. (SILVA, 2007, p. 33)

Bonneti e Souza (2011), discorrem que a Constituição Federal de 1988, respondendo a reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, assegurou direitos tais como: igualdade, em direitos e obrigações, entre homens e mulheres; condições para que presidiárias permanecessem com seus filhos durante o período de amamentação; licença gestação de 120 dias, sem que a mulher tenha prejuízo do emprego e do salário; licença paternidade; proibição de diferenças salariais, exercícios de funções e critério de admissão motivados por sexo, idade, cor ou estado civil; a integração de empregadas domésticas à previdência social; títulos de terras e imóveis para a mulher e o homem, independentemente do estado civil; direitos e deveres quanto a sociedade conjugal pelo homem ou mulher; planejamento familiar livre de acordo com a decisão do casal, sendo competência do estado proporcionar tais recursos educacionais e científicos para que seja possível exercer esse direito, sendo

proibida qualquer forma de coerção que parta de instituições oficiais ou privadas. Quanto a igualdade de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, diz-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;[...]. (BRASIL, 1988)

A luta dos movimentos feministas de acordo com Ferreira (2007), por direitos e políticas públicas, no que se refere ao campo do trabalho, visa o fortalecimento de uma visão transformadora da divisão sexual do trabalho. Para a diminuição das desigualdades vivenciadas pelas mulheres no mundo do trabalho necessita-se de formulação e implementação de políticas públicas efetivas no enfrentamento de tais desigualdades.

No entanto, de acordo com Ferreira (2007), não é novidade que o Estado vem repassando historicamente suas responsabilidades para as mulheres, e as explorando em relação ao seu trabalho. Explora as mulheres também quando cria políticas públicas que não são efetivas, que não criam condições dignas de trabalho, não valoriza as mulheres e não garante a autonomia das mesmas. A desvalorização e a desproteção certificada ao trabalho das mulheres são essenciais para a acumulação do capital. A falta de valorização do trabalho da mulher e a invisibilidade das mesmas interessa sobremaneira às políticas neoliberais, que desresponsabilizam-se transferindo para a mulher o trabalho que deveria ser realizado ou ter amparo do Estado como acontece com as creches, escolas em tempo integral, lavanderias públicas, etc.

A história de exclusão das mulheres do acesso aos direitos do trabalho e aos direitos sociais a este vinculados, exige que políticas de assistência social, previdência social e saúde – que compõem o tripé da Seguridade Social – efetivamente se façam para as mulheres (isto é, considerando-as como sujeito) e não simples e injustamente por meio das mulheres, de seu trabalho na esfera reprodutiva e da mesma divisão sexual do trabalho que termina, ao fim e ao cabo, por excluí-las do acesso ou da possibilidade de exercício dos direitos. Basta considerarmos que é a grande maioria das mulheres que administra recursos dos benefícios sociais e das políticas focalizadas sem, no entanto, ter possibilidades de sair da situação de pobreza ou construir uma maior autonomia que lhes permitam enfrentar, por exemplo, a violência doméstica. Da mesma maneira, é uma experiência comum das mulheres o fato de cuidarem da saúde de sua família, em detrimento do cuidado com a saúde delas mesmas. (FERREIRA, 2007. p. 78,79)

Oliveira *et al*, (2020) demonstram que a inserção das mulheres na política e a modificação das relações patriarcais são fundamentais para construção da liberdade e da democracia real. Deste modo ocorre o rompimento com a divisão sexual do trabalho que atribui as tarefas domésticas e o espaço privado como o lugar prioritário das mulheres, trabalho esse que sempre foi desvalorizado em relação às ocupações masculinas no âmbito público. Nesse sentido, nos ensina Lênin (1979, p. 59) que “Não se pode assegurar a verdadeira liberdade, [...] se não chamamos as mulheres ao serviço cívico, [...], na vida política, se não tiramos da atmosfera brutal do lar e da cozinha”. É necessário conceber o protagonismo das mulheres por meio das lutas sociais pela superação das desigualdades que marcam seu cotidiano e as limitam enquanto ser.

### **3.2.1 Mulheres na Economia Solidária**

A economia solidária originou-se logo após a revolução industrial, como contextualiza Oliveira (2008), sendo que trouxe soluções a incontáveis problemas que foram ocasionados devido a propagação das máquinas, fato ocorrido nesse período. Devido a esse processo, consideráveis números de trabalhadores foram dispensados de seus postos de trabalho, por não serem considerados aptos para atender as novas demandas do processo produtivo. Conseqüentemente as mulheres foram as mais afetadas devido a terem menos qualificação. Historicamente, as mulheres são consideradas inaptas tecnicamente, portanto têm menos acesso a cursos de formação e postos de trabalho nos ramos que tradicionalmente ocupados pelos homens.

O desemprego, a precarização, a profunda desigualdade social e a divisão sexual do trabalho de acordo com Oliveira (2008), impulsionam movimentos, iniciados pelos trabalhadores: sindicatos, cooperativas, as associações solidárias. Nesse contexto são organizados também os empreendimentos da economia solidária como importante instrumentalização na perspectiva de transformações na vida social concentradas nas relações de trabalho.

Conforme explanado anteriormente pela autora, as mulheres são as mais afetadas, sendo as primeiras vítimas do desemprego, subemprego, e dessa imensa desigualdade. Vista essa realidade, os empreendimentos de economia solidária são uma oportunidade palpável para o rompimento deste cenário. Os empreendimentos solidários geram resultados profuso e ampliado e são de suma importância na regulamentação de medidas que favorecem a igualdade social, como também a de sexo.

Para Nogueira (2004), diversas mulheres se inserem em setores de exploração do trabalho, por meio de trabalhos informais, trabalhos temporários, mantendo a distância que existe entre homens e mulheres, nas relações de trabalho e sociais. Nos empreendimentos que são formados mediante princípios de solidariedade elas vislumbram uma forma de valorização do seu trabalho e também de participação em diálogos democráticos, devido a estes empreendimentos terem caráter de ajuda mútua e autossustentabilidade, além de terem como finalidade a geração de renda e a criação de espaços de partilha quanto a crenças e valores, possibilitando o resgate da auto estima, bem como a interação com grupos e pessoas com interesses mútuos.

Nobre (2003), relata que a inserção da mulher na economia solidária iniciou-se com a discussão da invisibilidade da mesma, devido a marginalização, a falta de reconhecimento do protagonismo das mulheres. Na realidade de sua vivência, vários grupos populares de mulheres, se ocupavam em gerar renda. De acordo com a autora, as experiências criam visibilidades e referências positivas, fortalecendo-as como sujeitos, e vendo através do ponto de vista de gênero colaborando na sua problematização.

Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a diminuição desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, conciliem melhor vida familiar e vida profissional (Guérin, 2005, p. 17,18)

Nobre (2003), esclarece que se existe o propósito de radicalizar a democracia, partindo de estabelecimento de novos modos de distribuição da riqueza, baseando-se numa economia e sociedade solidárias, cabe o reconhecimento de mulheres como sujeitos principais deste processo, bem como o aprofundamento do diálogo com o pensamento do feminismo. Compreende-se então

a economia solidária como um terreno privilegiado para o exercício de práticas que inovem e proporcionem novas vivências de igualdade, de autonomia para as mulheres.

Culti (2004), esclarece que a liderança exercida pelas mulheres no campo da EPS, bem como sua representatividade nas esferas reconhecidas como ambientes masculinos, desconstrói a concepção da superioridade masculina em ocupações trabalhistas geradoras de renda. A execução de atividades na economia solidária, partindo das tarefas que geram renda, precede a elas um campo que as possibilita de se tornarem proprietárias dos meios de produção, sendo que deste modo elas possam ter as mesmas oportunidades que os homens por meio da propriedade coletiva.

No sentido de igualdade no que tange a divisão sexual do trabalho:

Na Economia Solidária, que se constitui num espaço de construção dialógica e de vivências de produção, distribuição, poupança, crédito e consumo organizada a partir de valores de solidariedade e cooperação, e gerida por princípios éticos-humanitários de primazia do ser-humano - enquanto sujeito coletivo -, as mulheres têm, pois, um campo fecundo para o enfrentamento da exclusão e do trabalho precarizado, para a possibilidade de rompimento da lógica da divisão sexual do trabalho, do machismo, da exploração e da dominação de gênero. (NUNES e COELHO, 2021 p. 01)

Mundin e Teodósio (2011), salientam que partindo no início das atividades realizadas pelas mulheres numa cooperativa ou associação, é muito provável que haja uma mudança nas atitudes de tais mulheres, pois ao decorrer do processo de formação desse empreendimento, são discutidos princípios como participação, autogestão e autonomia. Esses princípios podem ser utilizados tanto no âmbito do trabalho, como no âmbito familiar, favorecendo essas mulheres no que tange a adoção de uma postura crítica, podendo dialogar sobre suas opiniões. Mediante o exposto, entende-se que a economia solidária é um importante caminho para o processo de emancipação da mulher, pois através dela cria-se uma alternativa sustentável de pessoas na sociedade não concentradas na esfera estatal e de mercado, fato esse que possibilita uma autonomia maior bem como igualdade de gênero.

O conceito de emancipação é definido por Cattani (2003, p. 130), como “livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania”.

Dando continuidade ao conceito de emancipação feminina, Souza (2017), diz que segundo a filósofa Simone de Beauvoir, que a mulher vai definindo sua essência quando enquanto sujeito se lança a um mundo de possibilidades em sua existência. Dessa

maneira antes de qualquer ação a mulher deve ter consciência e transcendência<sup>6</sup>, deste modo possui as mesmas possibilidades que o homem no mundo, sendo que:

Em ambos os sexos representa-se o mesmo drama da carne e do espírito, da finalidade e da transcendência; ambos são corroídos pelo tempo, vigiados pela morte, têm uma mesma necessidade essencial do outro; podem tirar de sua liberdade a mesma glória; se soubessem apreciá-la não seriam mais tentados a disputar-se privilégios falazes; e a fraternidade poderia então nascer entre ambos. (BEAUVOIR, 1967, p. 497)

Souza (2017), explana que desta maneira mulheres e homens devem reconhecer que são dotados de semelhanças e diferenças e que as mesmas os classificam como pertencentes à humanidade e ao longo da vida deverão projetar sua essência na busca por igualdade de direitos e deveres de gêneros, para que mediante o exposto, na compreensão da necessidade um do outro, as mulheres possam desfrutar da liberdade real e plena, e cheguem ao reconhecimento de serem pertencentes à mesma humanidade.

Como estratégias para que seja conquistada a libertação da mulher da ideia de superioridade masculina, Beauvoir (1967), postula a educação como de suma importância, nota-se que elas são a maioria nas escolas, na busca por qualificação e o ingresso nas universidades, mesmo com muitos desafios elas recebem incentivo e na contemporaneidade são mais reconhecidas, diferentemente do que acontecia anteriormente. Nota-se de acordo com a autora mudanças também no ambiente do trabalho, sendo de grande importância para a independência econômica que se considera primordial para a emancipação feminina.

Apesar dos muitos feitos das mulheres, Souza (2007), demonstra que ainda é notória e predominante a ideia da superioridade masculina na contemporaneidade. A conquista da emancipação feminina é um processo com muitas portas abertas e com um longo caminho a ser percorrido. Existem muitos espaços a serem conquistados, muitas construções a serem realizadas, muitos debates que deverão ser feitos, muitas consciências a serem modificadas, muitas ações que deverão ser realizadas. Mulheres ainda estão tímidas nos muitos obstáculos e na ideia que está fixa na sociedade do caminho que foi traçado a todas as fêmeas da espécie humana

---

<sup>6</sup> A transcendência, todavia, define o ser humano a partir da ideia de que ele pode escolher livremente sua existência e seus projetos e, deste modo, assumir-se como verdadeiro ser humano. A humanidade consolida-se ao transcender, ou seja, ao poder escolher o que se quer ser ou fazer. (Fonte: Pedroza, 2020, p. 198)

que as coloca na posição de inferioridade, com a colaboração do uso da má-fé, tanto por parte de homens, como também de mulheres como um projeto de manter cada gênero em seu lugar.

O ponto crucial da emancipação feminina de acordo com Beauvoir (1967), parte do reconhecimento de que no fundo todo existente por mais perdido que esteja permanece sujeito. Mesmo que a mulher tenha sido posta em situação de inferioridade perante o homem, em sua existência ela continuará a construir a sua essência. Desta maneira é primeiramente a consciência de si como transcendência, como projeto de mundo, como possibilidades que dará início ao seu projeto de emancipação.

Neste sentido Beauvoir (1967), afirma que a mulher deve começar a agir no sentido de se colocar como sujeito perante o mundo, deverá chegar ao entendimento que toda definição de inferioridade posta sobre ela, foi definido pelo outro, não foi criação da natureza nem um destino preestabelecido, portanto a mulher, antes de tudo, tem a necessidade de se libertar da situação de submissão, primeiramente com suas escolhas, sendo transcendência, criando possibilidades, e partindo disso, lutar pelos espaços que foram-lhe negados, dentro dos contextos sociais que anteriormente eram somente ocupados por homens.

Yunus (2006), destaca que as mulheres deveriam ser protagonistas e atrizes consideráveis no desenvolvimento econômico dos países.

## **4 O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA, ATRAVÉS DOS EMPREENDIMENTOS DA REDE MANDALA**

### **4.1 INSTITUIÇÃO DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA, CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO: CEFURIA**

O CEFURIA, segundo relato de Carneiro (2020), foi criado e oficializado no mês de agosto de 1981, com a ocorrência de sua assembleia de fundação. Porém o sonho de sua criação se deu muito antes, com o planejamento de um espaço coletivo para possibilitar encontros de trabalhadores do campo e da cidade afim de possibilitar a transformação da realidade por meio de estudos e a compreensão da necessidade de uma sociedade transformadora. Esse foi um sonho da Irmã Tereza Araújo, que em tempos de ditadura militar, dedicou sua vida ao caminhar com populações em situação de vulnerabilidade social da região Sul de Curitiba, com o intuito de efetivar direitos, para possibilitar a construção de uma vida digna.

O CEFURIA tem como principal finalidade a sua contribuição para a formação política e a articulação dos movimentos populares de Curitiba e Região Metropolitana. De acordo CEFURIA (2021), desde sua criação o centro utiliza a educação popular como concepção de trabalho com grupos de base, para o empoderamento dos trabalhadores. O CEFURIA procura atingir seus objetivos promovendo cursos e debates, encaminhando grupos de base, disponibilizando subsídios temáticos para estudo e pesquisa, apoiando as mobilizações sociais. É uma organização da sociedade civil (OSC<sup>7</sup>) sem fins lucrativos, que tem como finalidade fortalecer a organização popular e as lutas do povo por melhores condições de vida. O CEFURIA não possui uma área exclusiva do Serviço Social, o trabalho acontece de forma interdisciplinar e tem como eixo central a economia solidária. O Serviço Social reflete a práxis desenvolvida, constrói conhecimento e busca fortalecimento dos sujeitos envolvidos nas ações.

---

<sup>7</sup> OSC (Organização da Sociedade Civil) É a denominação prevista na lei para as ONG (Organização não governamental), criada pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Ou seja, é um sinônimo de ONG. A denominação OSC deixa claro que a organização é não governamental, mas ainda assim pode fazer parcerias com os entes públicos. Ou seja, uma organização que é da sociedade civil e que se relaciona com a sociedade como um todo, inclusive o governo. (Fonte: Batista e Oliveira, 2021)

Carneiro (2020), fala que a atuação do CEFURIA se dá por intermédio de quatro eixos: (a) formação na perspectiva da educação popular proposta por Paulo Freire; (b) articulação com movimentos sociais populares do campo e da cidade, bem como entidades parceiras; (c) comunicação popular, visando democratizar a mídia e contar a história sob o ponto de vista das populações oprimidas; (d) Economia Popular Solidária, articulando campo e cidade.

Carneiro & Bez (2011), relatam que, desde sua criação, o CEFURIA, vem atuando com formação, articulação e comunicação, enfatizando a educação popular. Sempre permaneceu ligado às lutas sociais, partilha com os mesmos princípios ético-políticos do Serviço Social. Sendo assim:

O CEFURIA se constitui em mais um campo de atuação para estudantes e assistentes sociais. Ao atuar junto à economia solidária, o Serviço Social busca contribuir para que os sujeitos envolvidos saiam do isolamento, motivando a constituição e fortalecimento de grupos autogestionários. Que as pessoas possam, coletivamente, buscar a sobrevivência e, a partir disso, avançar na construção do conhecimento. Busca-se contribuir no fortalecimento da auto-estima, protagonismo e autonomia. Faz parte do trabalho de assistentes sociais no CEFURIA: • Promoção de cursos e eventos, a partir da concepção e metodologia da educação popular freiriana. • Assessoria a movimentos sociais, universidades, entidades; • Participação nas mobilizações sociais. • Aprofundamento teórico/prático sobre economia solidária, educação popular, temáticas específicas do Serviço Social e outros. • Acompanhamento a grupos de economia solidária, como clubes de troca, coletivos de catadoras(es) de materiais recicláveis e padarias comunitárias. • Elaboração, organização e publicação de material didático que serve de subsídio aos grupos, espaços de formação e eventos. • Elaboração, coordenação e gestão de projetos. (CARNEIRO E BEZ, 2011, p. 82)

Ao final da década de 1990, chegou ao CEFURIA o debate sobre a economia solidária. No entanto, desde a década de 1980, já existiam experiências por meio de empreendimentos econômicos solidários, sem que fossem assim denominados. Os empreendimentos da década de 1980 foram: (a) Cooperativa de Construção Civil; (b) Vídeo produtora Quem TV, que registrava as lutas populares; (c) Editora Gráfica Popular, com produção de material gráfico para organizações populares; (d) Videoteca e Centro de Documentação Mara Vallauri. (CARNEIRO, 2020).

Dentre as parcerias que o CEFURIA estabelece, podemos citar a Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), TECSOL, Pastoral do Migrante, Centro de Promoção de Agentes de Transformação (CEPAT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade Federal do Paraná, (UFPR), Conselho Municipal de Economia Popular Solidária de

Curitiba (CMEPS), Fórum de Economia Solidária, Fundação de Ação Social (FAS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rede de Educação Cidadã (RECID), Promotoras Legais Populares, dentre outras. (CEFURIA, 2021)

A legislação vigente que normatiza as ações do CEFURIA é a Lei nº 19.784, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a política estadual de economia solidária, que no Capítulo I, sobre às Disposições Gerais, Artigo 1º que implementa a Política Estadual de Economia Solidária, que visa o desenvolvimento de empreendimentos e redes de economia solidária. No Artigo 2º enuncia que esta Lei designa as definições, princípios, diretrizes, objetivos que compõem Política Estadual de Economia Solidária, criando o Sistema Estadual de Economia Solidária e qualificando os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com propósito de fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado. Diretrizes, princípios e objetivos indispensáveis da Política Estadual de Economia Solidária integram-se às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais, objetivando e promovendo atividades econômicas auto gerenciais, incentivando os empreendimentos econômicos solidários a se integrarem em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços. (PARANÁ, 2018).

As ações do CEFURIA são: trabalho com grupos de catadores de materiais recicláveis; e Projeto Rede Mandala: Rede Estadual de Economia Solidária Campo e Cidade, que busca fortalecer os coletivos conectando-os entre si e contribuindo com a Economia Solidária no Estado do Paraná.

## 4.2 REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO CIDADE: REDE MANDALA

No que tange a criação da Rede Mandala:

Em 2017, debaixo de uma árvore no Assentamento Contestado, na Lapa Paraná, nascia o sonho de uma articulação que reunisse redes, empreendimentos e coletivos de economia solidária do campo e da cidade. O sonho foi alimentado, cresceu e recebeu o nome de Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade, oficialmente batizado como Rede Mandala no dia 11 de setembro de 2018. Integram a Rede Mandala: (a) Rede Pinhão de Clubes de Trocas; (b) Associação Feira Permanente de Economia Solidária; (c) Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária da Rede Copasol; (d) Rede Utopia de produtos e serviços; (e) Rede de Segurança Alimentar; (f) Núcleo Maria Rosa da Anunciação, com produção de alimentos agroecológicos; (g) Associação de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa; (h) Cooperativa

Central de Reforma Agrária do Paraná, que atua com as cestas de alimentos e demais produtos da Rede Mandala. Também integram a rede duas entidades de apoio e fomento: Cefuria – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e TECSOL – Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba. (CEFURIA et al, 2020, p. 29)

Rede Mandala (2020), por meio da Carta de Princípios, demonstra que existe uma junção de redes, empreendimentos, consumidoras e consumidores, apoiadoras e apoiadores de economia solidária do campo e da cidade, no Estado do Paraná. A Rede Mandala foi concebida em 2017, num seminário de economia solidária durante a 16ª Jornada de agroecologia, no município da Lapa-PR, tornando-se oficial, dia onze de setembro de dois mil e dezoito (11/09/2018) na cidade de Curitiba, na IV Mostra de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

São valores da Rede Mandala:

Solidariedade de classe; Trabalho coletivo, associativo; Cooperação; Distribuição justa da riqueza; Sustentabilidade; Cuidado com o meio ambiente; Autogestão; Democracia participativa; Luta pela Reforma Agrária; Agroecologia; Troca e construção de fazeres e saberes; Respeito mútuo; Respeito às diversidades; Formação continuada; Protagonismo feminino e feminista; Prioridade no Ser; Consumo consciente; Comércio justo; Ética. (REDE MANDALA, 2020, p. 02)

Gonçalves e Carneiro (2020), apresentam a definição de redes de economia solidária: são articulações formais ou informais que promovem a apoio para a produção, comercialização, capacitação, troca de experiências, troca de insumos, ocorre sempre de forma coletiva visando o fortalecimento e desenvolvimento de atividades econômicas, destacando a logística e comercialização. Os autores salientam que as redes tem como finalidade a união dos empreendimentos para o fortalecimento dos mesmos com o objetivo de ir mais longe. A partir da união das cooperativas e associações é possível o fortalecimento de pessoas que se encontram sozinhas, as redes possibilitam também o fortalecimento de cooperativas, associações, empreendimentos informais, consumidoras e consumidores que se encontravam sozinhos, bem como o fortalecimento da produção, da comercialização, da geração de renda e da inclusão produtiva.

A Rede Mandala tem a missão de fortalecer a economia solidária no Paraná, por meio da articulação e agregando as redes, empreendimentos, consumidoras de consumidores solidários da cidade e do campo, para que possam alcançar qualidade de vida, justiça social e solidariedade. (CEFURIA, et al, 2020). A Rede Mandala

crece a cada dia, dizem Gonçalves e Carneiro (2020), e vem articulando o campo com a cidade, agrupando quem produz artesanato e quem presta serviços de saúde, promovendo a união entre costureiras e produtores, montando e distribuindo cestas agroecológicas. “Mistura gente, mistura produtos, mistura sonhos, afetos, semeia solidariedade e faz crescer a dignidade e o bem viver”. (GONÇALVES E CARNEIRO, 2020, p. 42)

De acordo com sua Carta de Princípios a Rede Mandala objetiva:

(a) Articular e criar espaços permanentes e periódicos de comercialização, distribuição, prestação de serviços, consumo solidário e formação em Economia Solidária, unindo campo e cidade; 32 (b) Atuar em rede em toda cadeia produtiva: do extrativismo até a reciclagem ou reaproveitamento de materiais por meio da articulação de empreendimentos do campo e da cidade; (c) Vivenciar e difundir princípios e valores da economia solidária, tendo em vista o bem viver e a sustentabilidade do planeta; (d) Fortalecer a política pública de economia solidária no Paraná; (e) Possibilitar viabilidade financeira aos empreendimentos da Rede Mandala. (REDE MANDALA, 2020, p. 01,02)

Com base no Projeto Rede Mandala, CEFURIA (2018), os empreendimentos, em seu início, eram compostos majoritariamente por mulheres, sendo que dos 858 participantes, havia 664 mulheres e 194 homens, como beneficiários diretos. Portanto havia a necessidade de explanar sobre temas que fossem pertinentes para o processo de emancipação feminina, onde houvesse a participação efetiva de tais mulheres para a compreensão, formação das mesmas, sendo assim o projeto previa a ciranda das mulheres da economia solidária, que se deu a partir de cinco eixos temáticos: representações sociais e construção de papéis sociais de gênero; gênero e trabalho (divisão sexual do trabalho); gênero e economia solidária; gênero e violência; e direitos humanos e políticas públicas com recorte de gênero. Para um maior aproveitamento dessas cirandas houve momentos de vivências, de partilha em rodas de conversa, de assessoria técnica, de expressão artística das participantes, entre outros. O projeto prevê a realização uma ciranda por semestre com duração de 8 horas, priorizando a metodologia de diálogo participativo, bem como para a realização de atividades com as crianças, também com o tema de gênero.

A Rede Mandala, de acordo com CEFURIA (2021), busca fortalecer os coletivos conectando-os entre si e contribuindo com a economia solidária no estado do Paraná, a qual possuem nove redes inseridas nela, sendo seis urbanas e três rurais, sendo que as urbanas são: Rede Pinhão de Clubes de Trocas; Associação

Feira Permanente de Economia Solidária; Rede Utopia de produtos e serviços para o Bem Viver; Rede de Segurança Alimentar; Associação de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa; Coletivo de Costuras Alegria Entre Linhas<sup>8</sup>. E as rurais, que são: Núcleo Maria Rosa da Anunciação, com produção de alimentos agroecológicos; Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária da Rede Copasol; Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná.

As nove Redes da Rede mandala serão apresentadas na sequencia.

*Rede Pinhão de Clubes de Trocas:* são experiências onde pessoas podem trocar seus produtos que são confeccionados artesanalmente, podendo exercer o uso da moeda social ou mesmo a troca direta solidária; oportunidade de refletir sobre o valor do trabalho, formas alternativas de trabalho e preços justos e levam os sujeitos ao estímulo do consumo solidário, a beleza e a qualidade da produção própria sem explorar uns aos outros. Os participantes dos clubes de trocas especializam-se por meio de cursos técnicos de artesanatos e costuras possibilitando a qualificação da produção. Inicialmente o clube de trocas da Rede Pinhão era composta por 50 mulheres e 08 homens. (CEFURIA, 2018)

*Rede Pinhão de Clubes de Trocas* é composto por diversos grupos de Curitiba e Região Metropolitana que se reúnem para as trocas, produção e organização em volta do trabalho, bem como a luta por direitos sociais, articulando-se com diversos movimentos sociais. O primeiro Clube de Trocas de Curitiba foi criado em 2001, no bairro Sítio Cercado. Ao longo de sua trajetória, a Rede Pinhão de Clubes de Trocas expandiu-se para várias localidades da cidade e outros municípios do Estado do Paraná. A moeda social utilizada pelos grupos de Clubes de Trocas é chamada de “Pinhão”. (CEFURIA, 2021)

*Associação Feira Permanente de Economia Solidária:* composta por diversas artesãs, com a participação de mais de dez empreendimentos. As mulheres e protagonistas da Feira Permanente tem faixa etária entre 30 e 45 anos, predominantemente possuem baixo grau de escolaridade, com pouco tempo de vínculo empregatício, e entre elas muitas são as responsáveis pelo sustento familiar, tendo como única fonte de renda a comercialização na feira por meio do trabalho coletivo na

---

<sup>8</sup> O Alegria entre Linhas é um coletivo novo, composto em sua maioria por mulheres, que foi criado a partir dos desafios de geração de trabalho e renda durante a pandemia do coronavírus. Atuam na área do artesanato e confecção, organizando-se de forma autogestionária, cooperativa, solidária e com respeito à natureza. (Fonte: Alegria Entre Linhas, 2020)

economia solidária e em trabalhos informais. As feiras acontecem duas vezes por semana, sendo aos sábados e as quartas-feiras, próximo ao terminal de ônibus, no bairro Portão. Além das exposições de artesanato, alimentos agroecológicos, roupas, materiais de limpeza, é um importante espaço que é utilizado para o crescimento dessas mulheres por meio de formações e integrações. (CEFURIA, 2018)

*Rede Utopia de Produtos e Serviços:* formada por empreendimentos da economia solidária com a finalidade de oferecer produtos e serviços, tendo como benefício a contribuição com a saúde integral partindo da construção de valores do bem viver e seguindo os princípios da economia solidária. Atua na produção, comercialização de cosméticos naturais; livros; tratamento de resíduos com compostagem; artesanatos com materiais reciclados; costuras e confecções; móveis e brinquedos educativos; práticas terapêuticas integrativas que proporcionam a saúde do "ser" como um todo; sucos naturais; alimentos saudáveis. A Rede Utopia, visa por meio de lutas, espaços de denúncia do sistema vigente, um mundo melhor, almejando uma nova forma de se viver, comercializar, trabalhar e se relacionar consigo e com o mundo, concretizando a "utopia", partindo de uma maneira nova de agir, baseando-se na geração de renda e uma vida digna. (REDE UTOPIA, 2020-2023)

*Rede de Segurança Alimentar:* formada por grupos das regiões de vulnerabilidade social de Curitiba e Região Metropolitana, objetivando o acesso à política de segurança alimentar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal. Articulam-se com mais de 40 grupos urbanos de consumidores que, num primeiro momento, a convite do CEFURIA, se organizaram para compor uma Rede de Segurança Alimentar e acessar os produtos agricultura familiar, por meio PAA, contribuindo com o fortalecimento da autonomia das mulheres, na sobrevivência de muitas famílias e na propagação da economia solidária. (CEFURIA, 2018)

*Associação de Padarias Comunitárias Fermento na Massa:* envolve muitas pessoas direta e indiretamente. Teve início há mais de 20 anos com algumas padarias comunitárias, nos anos 1990 e hoje conta com diversas padarias, formadas majoritariamente por mulheres em Curitiba e Região Metropolitana, contribuindo no fortalecimento da autonomia das mulheres, na sobrevivência de muitas famílias e na disseminação da economia solidária. No decorrer de mais de 20 anos criaram abundantes tecnologias sociais, tanto para formação técnica com trocas de experiências e oficinas de manipulação e produção de alimentos, uso e manejo dos

equipamentos, como formas de organização e participação democrática, por meio de um Conselho Gestor e de uma Associação formalizada para ser o instrumento jurídico das padarias. Houve a formação de todos os grupos sobre economia solidária e realizaram rodas de conversa sobre os mais variados temas, com transversalidade de gênero, promovendo o encorajamento e autonomia das mulheres da economia solidária. (CEFURIA, 2018)

*Coletivo de Costuras Alegria Entre Linhas:* é formado em sua maioria por mulheres. Dessas mulheres, quatro se identificaram como etnia negra e quatro imigrantes/refugiados venezuelanos, em situação de vulnerabilidade social e econômica. Nasceu em julho de 2020, articulado por costureiras de três empreendimentos da Rede Mandala, sendo: (1) Feira Permanente de Economia Popular Solidária, (2) Oficina de Costura Costurando Sonhos, e (3) Erva Doce Artesanatos. Foi criado a partir dos desafios de geração de trabalho e renda durante a pandemia da Covid-19; interrupção e/ou restrições de funcionamento de feiras de artesanato e eventos; queda na renda das pessoas componentes do grupo e de seus consumidores. Sua atuação se dá na área do artesanato e confecção, organizando-se de forma auto gestonária, cooperativa, solidária e com respeito à natureza. O EES tem como finalidade gerar renda digna para as pessoas participantes, fortalecer a Rede Mandala e a Economia Solidária. A gestão do empreendimento é compartilhada as decisões e as responsabilidades são coletivas, organizando-se de forma auto gestonária, cooperativa, solidária. (ALEGRIA ENTRE LINHAS, 2021)

*Núcleo Maria Rosa da Anunciação,* com produção de alimentos agroecológicos: faz parte da Rede Ecovida de Certificação Participativa e Sustentável, compreende mais de 20 municípios que se organizam em grupos, apoiando pequenos/as agricultores/as, criando estratégias para a eliminação gradual do êxodo rural entre jovens. As mulheres são incentivadas pela cooperativa a trabalhar e contribuir com o sustento familiar. (CEFURIA, 2018)

*Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária da Rede Copasol:* COPASOL Trentina de Piraquara, os associados processam aproximadamente 3,5 mil litros de leite/dia com venda exclusiva para o Programa Leite das Crianças do governo estadual. Conta com o funcionamento de uma vinícola, onde se produz doces e geleias, contém uma panificadora e um quiosque onde se comercializam esses produtos; Cooperativa de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária Agudos do Sul e Região – COPASOL SUL, surgiu a partir de apelo de

alunos, pais professores e funcionários, para possibilitar o complemento merenda escolar. Abarca diversos municípios da região, sendo: Agudos do Sul, Piên, Tijucas do Sul, Mandirituba, Quitandinha e Rio Negro. Objetiva o fomento da agricultura familiar, através de novas técnicas e maneiras de produção como a agroecológica, orgânica e produção sustentável, atua como apoiadora e incentivadora de pequenos/as agricultores/as; Central COPASOL, centraliza dez cooperativas. Fundada em 2011, com a intencionalidade de organizar a produção, beneficiamento e a comercialização dos alimentos que são produzidos pelas suas cooperativas, beneficiam 970 famílias de agricultores familiares, que atuam nas cadeias de laticínios e hortifrutigranjeiros. Desde sua criação a Central Copasol contribui para a ampliação e aprimoramento de suas cooperativas por meio de gestões que criem estratégias de atuação coletiva solidária. (CEFURIA, 2018)

*Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA):* fundada no ano de 1991, com o objetivo de planejar, coordenar e promover o desenvolvimento socioeconômico das famílias dos assentamentos do estado. Baseia-se nas práticas da cooperação entre os agricultores, conduzindo-os pelos princípios cooperativistas. Atualmente no estado do Paraná existem 311 assentamentos de Reforma Agrária, com vinte mil famílias assentadas e organizadas em dezessete cooperativas, surgindo então a necessidade de ampliação do leque de ações da CCA, na área agrônômica, como em todas as áreas de conhecimento, gradualmente de acordo com a participação dos assentados nas cooperativas regionais, pois a produção das famílias é organizada por essas cooperativas. A cooperação entre as cooperativas é um modelo de potencialização das experiências individuais para possibilitar o desenvolvimento com equidade das mesmas, e contribuir com o avanço e participação nos elos das cadeias produtivas, para o fortalecimento da agroindustrialização e comercialização, tendo como horizonte a viabilização socioeconômica dos assentamentos da Reforma Agrária. (PRODUTOS DA TERRA/PR, 2021)

No projeto Rede Mandala, está previsto a emancipação dos sujeitos, sendo essa a sua finalidade desde sua criação:

As ações previstas no presente Projeto pretendem contribuir com a construção de uma nova cultura do trabalho, o desenvolvimento de novas capacidades e a compreensão de um processo de desenvolvimento que respeite todas as formas de vida das gerações atuais e futuras. Neste sentido, a formação em Economia Solidária é definida como uma

construção social inerente aos processos de trabalho autogestionários, os quais buscam ampliar a cidadania ativa e a democracia. Reconhece a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando trabalho e educação na perspectiva da promoção de emancipação social. A metodologia deste projeto, portanto, além de estar pautada na Educação Popular também estará baseada nos Princípios da Economia Solidária, como a cooperação, a autogestão, a solidariedade, a distribuição de riquezas, a centralidade do ser humano na sociedade, o cuidado com o meio ambiente, visando ao desenvolvimento sustentável solidário. (CEFURIA, 2018, p. 10)

Para a contribuição dessas ações, desde sua criação, de acordo com Carneiro e Bez (2011), o CEFURIA constitui-se como um campo de atuação para estudantes e profissionais de Serviço Social. Em sua atuação junto a economia solidária o Serviço Social contribui para possibilitar que os sujeitos envolvidos, saiam do isolamento e se fortaleçam com a compreensão da importância da participação coletiva em grupos auto gestionários, que a partir da união coletiva, sejam capazes de buscar a sobrevivência e avançar na construção do conhecimento. Sendo assim, a atuação do Serviço Social busca contribuir para o fortalecimento da autoestima e para o fortalecimento do protagonismo e da autonomia.

#### **4.2.2 Ação do Projeto de Intervenção da autora deste TCC**

Desde sua fundação a Rede Mandala, de acordo com CEFURIA (2018), contou com estagiários/as no desenvolvimento de suas ações para o processo de emancipação feminina. Sendo o CEFURIA o espaço ocupacional onde a autora desse Trabalho de Conclusão de Curso realiza seu estágio foi possível, durante o processo de formação, acompanhar os processos de trabalho do Serviço Social voltados à promoção da economia solidária e da emancipação feminina. A través do estágio foi possível a estudante e estagiária, constatar que experiências de economia solidária, como as somente lidas, até então em livros e artigos no que tange ao processo de emancipação feminina acontecem no cotidiano das mulheres também aqui no Paraná, sendo possível o vislumbre por meio da experiência com a Rede Mandala.

Experiências tal que de acordo com Almeida (2021), ganhou evidência no desenvolvimento do projeto de intervenção de estágio, junto ao coletivo Alegria Entre Linhas. Desta forma, a documentação gerada no processo de estágio agrega o sentido da práxis ao presente trabalho.

Durante o desenvolvimento inicial do projeto de intervenção e após a observação da realidade do campo institucional, foi identificada a necessidade de

sensibilizar as mulheres do coletivo das costuras Alegria Entre Linhas, quanto a serem protagonistas da própria história, reconhecendo ser esse um processo de suma importância para a construção de uma sociedade equânime, livre de qualquer forma de preconceito, discriminação e com igualdade de gênero. Respeitando os direitos humanos, possibilitando a transformação da realidade.

Criou-se então um projeto de intervenção que permitisse a promoção e fortalecimento do processo de emancipação das mulheres envolvidas no Coletivo Alegria Entre Linhas da Rede Mandala, e para contribuir com a economia solidária como um todo. Após diálogos com as mulheres do coletivo, houve a proposta de discutir sobre a temática justiça de gênero, a qual foi aceita unanimemente. Iniciou-se, então, a construção de vínculos com as mulheres do coletivo estendendo-se para outros empreendimentos solidários da Rede Mandala.

Após a escolha minuciosa do tema a ser apresentado viu-se a necessidade da criação de um material que fosse completo e pudesse tirar dúvidas mais amplas dessas mulheres da Rede Mandala. Assim criou-se uma cartilha sobre justiça de gênero, apresentando os principais pontos dessa discussão como: o histórico da violência contra a mulher no Brasil; a visibilidade das lutas dos movimentos feministas a favor dos direitos das mulheres; a lei Maria da Penha como uma grande conquista no que tange aos direitos das mulheres e a luta contra a violência doméstica e familiar; a necessidade das mulheres na política e a importância de chamarmos os homens para participarem conosco dessa luta.

A ação do projeto de intervenção, realizou-se dia dois de outubro de 2021, na feira de comercialização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Paraná (Sinditest-PR), a partir das 10:00 horas, por meio de uma mística, com encenação de artistas, sobre a violência contra a mulher, seguidos pela entrada de jovens com cartazes com os números dos canais de denúncia. Seguiu-se com a programação com acolhida dos participantes e cantando juntamente com todos uma ciranda denominada Ciranda do Bem Viver. Após isso, Gisele Carneiro, supervisora de campo, explicou que essa ação fazia parte do projeto de intervenção da estagiária Elizete Pereira de Almeida, que em seguida discorreu juntamente com os presentes sobre a temática justiça de gênero e apresentou a cartilha para os participantes falando sobre a importância da participação coletiva na construção dessa intervenção, abrindo espaço para um diálogo democrático. Houve a distribuição de cartazes para as pessoas presentes,

com índices de violência contra a mulher, frases com pedidos de maior participação das mulheres na política, frases de apoio a luta das mulheres e algumas frases do senso comum, houve algumas participações e agradecimentos por esclarecimentos sobre o tema, e por último os cartazes que tinham frases do senso comum de uma sociedade machista e patriarcal foram rasgados simbolicamente.

Acreditou-se ter sido alcançado o objetivo do projeto de intervenção da autora, o de trazer à tona essa discussão tão necessária para o entendimento e a compreensão de viver em uma sociedade mais equânime, com menos desigualdade de gênero e violência contra a mulher, como também a sensibilização da compreensão que se necessita de mais mulheres na política, para que cada vez mais mulheres tenham acesso a políticas públicas afirmativas.

Como afirmam Pigatto & Pigatto (2010), as Políticas Públicas inclusivas devem dar primazia à mulher. Não somente pela sua vivência, mas também pelo seu histórico e aprimoramento afetivo, cognitivo e psíquico, por meio de temáticas, ações e atividades educativas que objetivem o desenvolvimento da sua totalidade, possibilitando assim a superação das desigualdades de gênero, para o desenvolvimento pleno de direitos e autonomia.

Entendeu-se que essa discussão é apenas o início de um processo de sensibilização quanto a temática justiça de gênero, pois é muito ampla, sendo necessário diálogos democráticos, opiniões e contribuições nessa construção, sendo que nos coletivos da Rede Mandala, todas as mulheres tem poder de fala, entendendo a importância de serem ouvidas nesse processo, para possibilitar a elaboração futura de uma publicação deste material, afim de alcançar e fazer a mudança da realidade na vida de outras mulheres.

Por fim, concluiu-se que essa intervenção deverá ser contínua em outros eventos, devido a complexidade e a importância da sensibilização de mulheres quanto a imposição da submissão às mulheres na sociedade. As iniciativas do Serviço Social junto à Rede Mandala, tal qual a vivência do projeto de intervenção aqui compartilhada, demonstram que é possível levar às mulheres o reconhecimento de seu protagonismo como agentes econômicos no espaço doméstico, contribuindo para o processo de emancipação da mulher.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições no mundo do trabalho que são uma imposição do sistema capitalista, são geradoras de consequências atroz na vida do trabalhador. A dominação do modo de produção capitalista ocorre por meio de uma classe representada pela minoria da população, que abarca as riquezas e bens que são produzidos por outra classe que não tem nada, somente a sua força de trabalho para vender. E por intermédio desse processo desigual do capital, que é a venda de sua mão de obra, esses sujeitos tornam-se uma mercadoria como qualquer outra. No sistema capitalista, nota-se cada vez mais o crescimento do desemprego estrutural, e sendo que a classe que vende a sua força de trabalho depende exclusivamente do trabalho para viver, acaba por submeter-se à precarização do trabalho. Tendo o neoliberalismo como estrutura, esse processo se torna complexo, sendo que, assim, a classe proletária sofre a redução dos seus direitos sociais.

Tendo na contemporaneidade uma sociedade capitalista individualista e discriminatória, demarcou-se a economia solidária como uma alternativa ao sistema econômico capitalista, vista como outra forma de trabalho e geração de renda, frente a uma conjuntura de exploração e precarização do trabalho, que são expressões da questão social.

A “questão social” é o objeto de estudo e trabalho do assistente social. Afirmou-se, então, a necessidade de ratificar o compromisso ético político com a classe trabalhadora por meio de estratégias que visem a intervenção na vida dos trabalhadores. Assim a discussão sobre a economia solidária se torna cada vez mais necessária, devido as transformações políticas, econômicas e sociais, que trazem à tona e evidenciam as expressões da “questão social”, na contemporaneidade.

Por meio da análise do contexto histórico, percebeu-se que a mulher sempre esteve à margem de uma sociedade machista e patriarcal, sociedade que impôs que a mulher deveria se ater ao ambiente doméstico. Devido a essa conjuntura, na decorrência dos anos as mulheres vivenciaram a desvalorização do seu trabalho, aceitando as áreas mais precárias em relação ao homem. A divisão sexual do trabalho sempre valorizou o trabalho do homem acima da mulher, entendendo que o homem é o provedor do lar e a mulher com o fruto do seu trabalho deveria somente complementar a renda familiar, sendo esse um projeto da sociedade capitalista, onde há uma reprodução das relações sociais que perpetuam o patriarcado e dificultam a emancipação de mulheres.

No entanto, as reflexões sobre as relações de gênero estão na superfície, com pouco aprofundamento dessa temática. Após esse Trabalho de Conclusão de Curso notou-se a necessidade de respostas nesse sentido, portanto sugere-se a realização uma pesquisa sobre o feminismo marxista, sendo que divisão sexual do trabalho decorre de uma sociedade que é historicamente machista e patriarcal e está sob os desmandos do capital que se aproveita e se beneficia da mais valia do trabalho principalmente da mulher, assim, surge a necessidade de uma pesquisa que responda essa indagação por meio da visão marxiana que compreende esse processo como exploratório, que é próprio do sistema capitalista.

Acredita-se que tenha sido alcançado o objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso, que por meio de pesquisa identificou a economia solidária como importante mediação para o processo de emancipação feminina, a partir da experiência da Rede Mandala, que possibilita a sensibilização da sociedade civil no que tange a construção de alternativas de renda e trabalho, instigando a inserção de novas práticas ao mercado, para que seja possível um novo olhar sobre grupos alternativos, e diferentes de fazer economia beneficiando as mulheres da Rede Mandala. Para aprimoramento dessa temática considera-se relevante a realização de uma pesquisa de campo, e sugere-se que a mesma seja realizada futuramente.

A Rede Mandala tendo seus empreendimentos solidários compostos majoritariamente por mulheres, e sendo elas beneficiárias diretas, promovem desde a sua criação, o apoio para a produção, comercialização, capacitação, troca de experiências, por meio da educação popular, explanando temas pertinentes ao processo de emancipação feminina, com a participação efetiva e coletiva de tais mulheres para a compreensão, formação e preparação para o processo de emancipação das mesmas.

Compreendeu-se que são muitos os desafios para a emancipação feminina, de forma que se rompa com as barreiras sociais, econômicas e políticas impostas, que dificultam a conquista de espaços, até então, ocupados pelos homens, desafios que existem e permanecerão em qualquer iniciativa que estejam sob esse sistema vigente. Porém entendeu-se que os empreendimentos solidários da Rede Mandala podem proporcionar uma melhora na qualidade de vida das mulheres, contribuindo com o processo de emancipação em níveis que abrangem a vida social, cultural e econômica. Sendo assim pode-se afirmar que a economia solidária que é praticada na Rede Mandala é feminista.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU, Sergio Arcas de. OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Contribuições e Práticas da Economia Solidária: um diálogo.** Caderno Latino-Americano de Política e Sociedade. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2020

ALEGRIA ENTRE LINHAS. **Portfólio Coletivo**, 2020.

ALEGRIA ENTRE LINHAS. **Projeto Mulheres Transformando a Realidade.** Fundação Luterana de Diaconia (FLD). Curitiba, 2021

ALMEIDA, Elizete Pereira de. **A imposição da submissão às mulheres na sociedade.** Projeto de Intervenção de Estágio Obrigatório em Serviço Social. Curitiba: Uninter, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital** - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP : Boitempo, 2009

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Posfácio de: Celso Lafer. 10a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2007.

ARCANJO, Maria Antonia Silva e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. **A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos.** Centro Buarque de Holanda, volume 13, p. 231-249. Revista Perseu. São Paulo, 2017

BATISTA, Alan Pierre. OLIVEIRA, Thadeu Guilherme Barcelos de. **Ong, Osc e Oscip: Qual a diferença?** Acervo *online*. ES360, 2021. Disponível em: <https://es360.com.br/ong-osc-e-oscip-qual-a-diferenca/>. Acesso em: 09 nov 2021

BRASIL, **Constituição Federal 1988.** Art. 5º. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.03.2021/art\\_5\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_5_.asp). Acesso em: 05 ago. 2021

BACK, Cleiciane. BARBOSA, Joelma Vieira. QUEVEDO, Luana Kátia Herber. ALEXANDRE, Ivone Jesus. **O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE: diferente formas de submissão.** Revista Eventos Pedagógicos v.3, n.2, p. 328 – 336. Sinope, 2012. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/674/485>. Acesso em: 25 out 2021

BEAUVOIR. Simone de. **O segundo sexo: A experiência Viva.** 2. a Edição. Tradução de Sérgio Milliet. Diretos Exclusivos para a Língua Portuguesa: Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1967

BRENNNA, Rayssa. **O Serviço Social Frente às Experiências de Economia Solidária: Construções e Desafios**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória – ES, 2018

BEZERRA, Juliana. **Feminismo**. Sociologia. Toda Matéria. Conteúdos Escolares para Alunos e Professores. Acervo *online*. 2021. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo/>. Acesso em: 25 out 2021

BONNETI, Alinne. SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. **Gênero, mulheres e feminismos**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. FFCH/UFBA. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011

CARNEIRO, Gisele. **Gestão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários**. In: CEFURIA, *et al.* Curitiba, 2020

CARNEIRO, Gisele. BEZ, Antonio Carlos. **Clubes de Troca: rompendo o silêncio, construindo outra história**. 2 ed. Rev. Curitiba, PR: Editora Popular: CEFURIA, 2011

CATTANI, Antonio David. **Emancipação social**. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003

CEFURIA. **Clubes de Troca**. Acervo *Online*. 2021. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/clubes-de-troca/>. Acesso em: 09 nov 2021

CEFURIA. **Quem Somos**. Acervo *online*. 2021. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 09 nov 2021

CEFURIA. **Parcerias**. Acervo *online*. 2021. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/parcerias/>. Acesso em: 09 nov 2021

CEFURIA. **Projeto Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade**. Curitiba, 2018

CEFURIA, *et al.* **Gestão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários**. Curitiba, 2020

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos**. In: Anais do Congresso Europeu CEISAL de Latino-americanistas, 2004

DINIZ, Sibelle. **Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural**. Sessão Temática 6: Espaço, Identidade e Práticas Socio-culturais. XVII ENAMPUR, São Paulo, 2017. In: SINGER, Paul. **Economia dos Setores Populares: propostas e desafios**. In: KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do coletivo Sycorax <http://coletivosycorax.org/indice/>. São Paulo, 2004

FERREIRA, Verônica. **Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos.** Reflexões Feministas para Transformação Social. Cadernos de Crítica Feminista. Ano I, N. 0. SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia. Recife PE, 2007

FONSECA, Claudia. **Ser mulher, mãe e pobre.** In: PRIORE, Mary Del. (Org.) História das mulheres no Brasil. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001

GAIGER, L. **A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista.** São Leopoldo: Unisinos, 2003

GONÇALVES, Dimas Alcides. CARNEIRO, Gisele. **Gestão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários.** In: CEFURIA, et al. Curitiba, 2020

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, Editora Atlas S.A. 2008

GOERCK, Caroline. **Serviço social e experiências de economia solidária:** um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. Textos & Contextos, Porto Alegre, 2006

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132. Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA) do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) Brasil. Tradução: Fátima Murad, set./dez. 2007

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil.** REVISTA Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 9 ed. São Paulo. Cortez. 2010

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **A explicação da fome em uma sociedade capitalista globalizada.** Acervo *Online*. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575943-a-explicacao-da-fome-em-uma-sociedade-capitalista-globalizada> Acesso em: 09 out 2019

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?** São Paulo: Paulus, 2007

LÊNIN, Vladimir. **A mulher hoje.** In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. Sobre a mulher. (Coleção bases, n.17). São Paulo: Global, 1979

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Burgueses e Proletários. 1848. Londres. Tradução: Álvaro Pina. 1ª Edição. Boitempo Editorial, São Paulo, 1998

MARX, Karl. **MANUSCRITOS ECONOMICOS-FILOSÓFICOS**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004

MEC. **Secretaria de Educação Superior Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf) . Acesso em: 11 out 2021

MEDEIROS, Jussara Marques de e SVIERCOSKI, Valdeslei. **O sabor do saber científico: TCC no serviço social**. Curitiba: Intersaberes, 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MUNDIN, Fernanda de Lazari Cardoso. TEODÓSIO. Armino dos Santos de Sousa. **(Des)caminhos e Encruzilhadas das mulheres na Outra Economia: Um Estudo de Caso no Assentamento Rural das Pastorinhas**. Gestão e Sociedade. Belo Horizonte. Volume 5. Número 11. P. 104-120 Recebido em 20 mar. 2011 e aprovado em 24 nov. 2011 Maio/Agosto 2011

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012

NOBRE, Miriam. **Mulheres na Economia Solidária**. Publicado em A Outra Economia, organizada por Antonio Cattani. Porto Alegre. Veras e Unitrabalho, 2003. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 28 out 2021

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004

NUNES, Kelma; COELHO, Meyre. **Economia Solidária: uma economia para as mulheres?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Pesquisa Ação Social nas Empresas. Acervo *Online*. Ceará, 2007. Disponível em : [https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article4f1c.html?id\\_article=590](https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article4f1c.html?id_article=590). Acesso em: 30 out 2021

O LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Economia Solidária e a Reorganização do Governo Bolsonaro: O Caminho é a Mobilização**. Acervo *Online*. Brasil, 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>. Acesso em: 11 out 21

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. **Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 325 a 332. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br>. Acesso em: 25 out 2021

OLIVEIRA, Fernanda Abreu de, SANTOS, Brena Christina Fernandes dos, SOARES, Mariana Iasmim Bezerra, BORGES, Séphora Edite Nogueira do Couto. (Orgs.) **Direitos Humanos das mulheres.** – Mossoró – RN: EDUERN, 2020

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. **Regulação estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp. São Paulo, 2013

PARANÁ. **Legislação estadual do Paraná.** Leis Estaduais. Lei Ordinária nº 19784, de 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19784-2018-parana-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-economia-solidaria>. Acesso em: 11 nov 2021

PAULON, Graziely Berenice Fernandes dos Santos. **Tecendo a igualdade: sobre gênero e trabalho na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS** (reflexões 2000-2008). / Graziely Berenice Fernandes dos Santos Paulon. – Dourados, MS : UFGD, 2010

PEDROZA. O processo de Emancipação da Mulher a Partir das Teorias de Simone de Beauvoir: um enfoque feminista do conceito de transcendência. Revista Páginas de Filosofia, v. 9, n. 2, p. 183-200, jul.-dez. 2020. São Paulo, 2020

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

PIGATTO, Liz Helena. PIGATTO, Lisete Maria Massulini. **A Emancipação Feminina: uma re-leitura.** Santa Maria, RS, 2010. Disponível em: [http://metodistacentenario.com.br/catedra/publicacoes/a\\_emancipacao\\_feminina\\_-\\_catedra.pdf](http://metodistacentenario.com.br/catedra/publicacoes/a_emancipacao_feminina_-_catedra.pdf). Acesso em: 11 nov 2021

PRODUTOS DA TERRA PR. **Rede de Cooperativas da Reforma Agrária.** Acervo Online. 2021. Disponível em: <https://www.produtosdaterrapr.com.br/ccapr-rede-de-cooperativas-da-reforma-agraria-do-parana/>. Acesso em: 11 nov 2021

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del Priore. (org). **História das mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001

REDE MANDALA. Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade. **Carta de Princípios** – 2020. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/files/2020/01/Carta-de-Princ%C3%ADpios-Rede-Mandala.pdf>. Acesso em: 10 nov 2021

REDE UTOPIA. **Plano de Comunicação.** 2021-2023

SAFFIOTI, Heleieth. **Mito e realidade.** 3ª ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2013

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986

SANTOS, Ana Maria Marques, DELUIZ, Neise. **Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro.** Trabalho, Educação e Saúde. 7(2):329-353. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Wp6YyC7PGMcKmrzPKZRfmpw/?lang=pt>. Acesso em: 11 out 2021

SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA. **Economia Solidária.** Governo do Estado do Rio de Janeiro. Acervo *online*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id\\_pagina=4595](http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=4595). Acesso em: 24 nov 2021

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. **O que é Divisão Sexual do Trabalho e como ela incide nas relações de trabalho?** Brasília, 24 fev. 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/acesso-a-informacao/perguntasfrequentest/perguntas-frequentest-sae/o-que-e-divisao-sexual-do-trabalhoe-como-ela-incide-nas-relacoes-de-trabalho>. Acesso em: 20 out. 2021

SIGNIFICADOS. **Emancipação Feminina.** Política e Cidadania. Acervo *online*. 2011-2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/emancipacao/>. Acesso em: 24 nov 2021

SILVA, Carmen. Cadernos Crítica Feminista. **Reflexões Feministas para Transformação Social.** Ano I, N. 0. SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia – Recife PE, 2007

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

SOUZA, Ana Inês *et al.* **Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária : história social do trabalho.** Curitiba : L. F. Editora : CEFURIA, 2012

SOUZA, Bruna Karoline Costa. **O conceito de Emancipação Feminina em Simone de Beauvoir: Uma Análise no contexto atual no Brasil.** São Luís, 2017

VOLNISTEM, Amanda Azzolini. SILVA, Camila Elisa Rodrigues da. SILVA, Joyce Milena Honorato da. FREITAS, Maria das Graças Chamim. FUJINAGA, Vanessa Assami. **A Economia Solidária e sua Interface com o Serviço Social: As Possibilidades de Intervenção no que Tange Emancipação dos Sujeitos Sociais.** Presidente Prudente/SP, 2013. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Social/article/view/4573/4330>. Acesso em: 02 jun 2021

YUNUS, M., & JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2006.